

**PEQUENO EXPEDIENTE**  
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – (AUSÊNCIA DE ÁUDIO) ...Sessão Ordinária de 2024.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Convido os Deputados Gilberto Cattani e Beto Dois a Um para que assumam, respectivamente, a 1ª e 2ª Secretarias. (OS SRS. DEPUTADOS GILBERTO CATTANI E BETO DOIS A UM ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Peço a todos os Deputados que se encontram em seus gabinetes que venham para o plenário e tragam o tablet, teremos votação hoje no tablet, temos votação das contas do Tribunal de Contas e outras matérias que exigem votação secreta.

Por gentileza, os Deputados que se encontram nos gabinetes, ao se dirigirem para o Plenário Renê Barbour, tragam o tablet, teremos votação que exige a presença do tablet.

Ao Deputado Beto Dois a Um para leitura da Ata que se encontra sobre a mesa.

O SR. 2º SECRETÁRIO (BETO DOIS A UM) – Bom dia a todos.  
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 10H20MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (BETO DOIS A UM) – Senhor Presidente, lida a Ata.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Lida a Ata, colocó-a em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, os que concordam, permaneçam como se encontram. Os contrários se manifestem. (PAUSA) A Ata está aprovada.

Registro a presença aqui de vários servidores aposentados, pensionistas nesta Casa, saudar a todos, prazer em revê-los aqui.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Peço ao Deputado Gilberto Cattani que faça a leitura do Expediente que se encontra sobre a mesa da 1ª Secretaria.

O SR. 1º SECRETÁRIO (GILBERTO CATTANI) – Bom dia, senhor Presidente, pessoas que nos assistem.

Vamos à leitura do Expediente.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE: OFÍCIO Nº 3/2023, DO GOVERNO DO ESTADO; OFÍCIOS NºS 1.585 E 1.596/2023, DA PROCURADORIA-GERAL DA ALMT; OFÍCIOS NºS 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 377, 379, 380, 381, 382, 384, 385, 386, 388 E 1.760/2023, DA CASA CIVIL; OFÍCIOS NºS 18.261, 18.369, 18.378, 18.388, 18.524, 19.596, 17.858, 17.978, 18.983, 19.159, 19.227, 20.727, 20.942, 21.006, 21.293, 21.562, 21.540, 21.785 E 21.880/2023, DA SEDUC; OFÍCIOS NºS 3.778, 3.872, 3.874, 3.875, 3.876, 3.877, 3.882, 3.883, 3.885, 3.893, 3.899, 3.977 E 3.979/2023, DO INTERMAT; OFÍCIOS NºS 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 58, 59, 60 E 65/2024, DA SINFRA; OFÍCIO Nº 2.384/2023, DA SECEL; OFÍCIO Nº 385/2023, DA

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

UNEMAT; OFÍCIOS NºS 42.140, 42.144, 44.723, 44.847, 44.981, 45.403, 45.011, 45.012, 45.296, 45.341 E 45.377/2023, DA SESP; OFÍCIO Nº 1.684/2023, DA SEDEC; OFÍCIO Nº 276/2023, DO DETRAN; OFÍCIOS NºS 491, 492, 493, 494, 495, 1.419 E 1.421/2023, DO MAPA; OFÍCIO Nº 325/2023, DA PRESIDÊNCIA DO CREA-MT; OFÍCIO Nº 1.083/2023, DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - MT; OFÍCIO Nº 1.583/2023, DA SEMOB; OFÍCIO Nº 14/2023, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA; OFÍCIO Nº 527/2023, DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO - CUIABÁ/MT; OFÍCIO Nº 1.658/2023, DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (GILBERTO CATTANI) – Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Deputado Gilberto Cattani.

Quero cumprimentar todos os aposentados e pensionistas deste Parlamento que se encontram aqui nas galerias, sintam-se em casa, a casa é de vocês, literalmente.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Nós passamos à segunda etapa do Pequeno Expediente, o primeiro inscrito é o Deputado Beto Dois a Um.

Também estão inscritos os Deputados Wilson Santos, Gilberto Cattani, Paulo Araújo e o governador Júlio Campos, são os cinco Deputados inscritos para o Pequeno Expediente.

Convido os Deputados que se encontram nos gabinetes que compareçam ao plenário, tragam o tablet, que nós temos votação hoje no tablet.

Com a palavra, o Deputado Beto Dois a Um.

O SR. BETO DOIS A UM – Bom dia, senhor Presidente; bom dia a todos os colegas Deputados, a toda a imprensa que nos acompanha, a todos os nossos colegas da Assembleia que estão aqui no nosso plenário hoje, um bom dia a todos.

Sempre dou um bom dia à TV Assembleia. E, hoje, uma das minhas pautas, Presidente, é sobre o avanço do sinal digital da TV Assembleia. Eu acho que nós precisamos falar um pouquinho desse avanço.

A TV Assembleia é um instrumento muito importante para que levemos à população as ações, os trabalhos feitos aqui na Assembleia Legislativa. Quero parabenizar a secretária Rose, em seu nome a toda TV Assembleia por essa ampliação de sinal.

Hoje em dia, o sinal da TV Assembleia está em 45 municípios, com transmissão de tecnologia de alta potência, são mais de 650 mil habitantes em cidades como Colíder, Ribeirão Cascalheira, Itaúba, Arenápolis, Campo Verde e em outros que têm acesso a esse conteúdo de qualidade da TV Assembleia.

Então, essa fala que nós estamos fazendo aqui vai estar chegando a muita gente, a muitos municípios e está ampliando cada vez mais, parabéns à TV Assembleia.

Quero também falar, desejar publicamente boa sorte, bom trabalho ao presidente Leonardo, que assumiu a AMM na última semana, fez uma transmissão de cargo muito bonita, muito respeitosa.

Quero parabenizar o ex-presidente Neurilan Fraga pela sua entrega, pelo seu legado, pelo trabalho que foi feito e penso que um novo momento começa com esse novo mandato do prefeito de Primavera do Leste, hoje presidente da AMM, Leonardo Bortolin.

Não tenho dúvida de que a Assembleia, o Governo do Estado estarão lado a lado dessa importante instituição para que fortaleçamos os nossos municípios, que é a AMM.

Parabéns ao Léo! Desejo toda a sorte do mundo ao Léo e a toda a equipe da AMM.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Quero também fazer uma fala dolorida. Apresentarei, hoje, uma Moção de Pesar a um grande cuiabano, a um cantor, a um ícone, a um artista que encheu Mato Grosso de orgulho, meu amigo, amigo da música sertaneja, amigo de todo Mato Grosso, que infelizmente perdeu a vida, não resistiu a uma cirurgia cardíaca, meu grande amigo João Carreiro.

E quero que os Deputados estejam ao meu lado para que aproveemos essa Moção de Pesar pela morte desse grande cantor, desse grande artista mato-grossense. Nós tivemos o velório aqui na nossa Capital na semana passada, que o Brasil inteiro acompanhou.

João Carreiro é um cara que conseguiu um feito muito importante, ele uniu Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nasceu aqui, viveu grande parte da sua carreira aqui, grande parte em Campo Grande. Ele uniu esses dois estados em prol dessa arte, em prol da pessoa que ele era, foi um dos grandes artistas do nosso Estado.

Mas ele deixa um legado não só na música, não só na viola, mas também como ser humano, sempre foi um cara especial, não conheço uma pessoa que não tenha uma história carinhosa, amorosa para falar do João Carreiro.

Então, aqui desejo meus sentimentos a todos os familiares, à esposa, à filha, aos pais, aos fãs e não tenho dúvida de que Deus o receberá em um bom lugar, então apresento essa Moção de Pesar em homenagem ao grande artista João Carreiro.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Beto Dois a Um.

Próximo inscrito, Deputado Gilberto Cattani; inscritos também os Deputados Wilson Santos, Paulo Araújo, Júlio Campos, Dr. João e Elizeu Nascimento.

Deputados que se encontram nos seus gabinetes, por gentileza, dirigirem-se ao plenário trazendo tablet.

Quero saudar aqui a presença da deputada federal Coronel Fernanda e do lendário professor Zé do Nordeste, que já passaram por aqui, neste plenário, nesta manhã.

Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente, pela oportunidade.

Quero saudar a todos que nos assistem e os que nos acompanham aqui do plenário também.

Também enaltecer aqui e agradecer a presença da deputada Coronel Fernanda, que tem ali no Congresso Nacional nos representado muito bem.

E, por falar nos deputados federais, trago aqui, senhor Presidente, duas Moções de Pesar: uma pelo senhor Albino Paes de Barros, que é o pai da deputada Amália Barros, e pelo senhor Severino Medeiros Sobrinho, que é o pai do deputado José Medeiros.

Os dois vieram a óbito há poucos dias. Como nós sabemos do trabalho de um pai para educar seu filho e o seu filho ser o seu exemplo, assim nós vemos nessas duas pessoas o exemplo que eles deixaram com a deputada Amália e o deputado Medeiros, pessoas que realmente nos representam no Congresso Nacional.

Então, nós deixamos aqui o nosso pesar pelo falecimento do pai da deputada Amália e do pai do deputado José Medeiros.

Também uma outra Moção de Pesar, senhor Presidente, para o que aconteceu há um ano, exatamente há um ano, na Praça dos Três Poderes, na famosa manifestação de 8 de janeiro.

Nós não temos o que comemorar; pelo contrário, nós, da direita, temos que lamentar o que aconteceu, então deixo aqui a minha Moção de Pesar ao que aconteceu naquele dia e que sejam punidos os vândalos e que seja feita justiça aos inocentes.

Obrigado, senhor Presidente.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Cattani.

E o próximo inscrito, Deputado Paulo Araújo, do Partido Progressista. Inscritos também os Deputados Júlio Campos, Dr. João, Elizeu Nascimento e Wilson Santos.

Consulto o Deputado Cláudio e o Deputado Valdir Barranco se desejam inscrever-se. Deputado Valdir, sim.

Com a palavra, o Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Obrigado, Presidente Deputado Wilson Santos; em seu nome cumprimentar todos os Deputados aqui presentes e um cumprimento especial a todos os servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Em especial, aos servidores públicos aqui da Assembleia Legislativa (APLAUSOS), e os cumprimento em nome do nosso querido amigo vereador atuante, meu parceiro do Progressista, vereador Demilson Nogueira, que inclusive é aposentado aqui da Assembleia, está junto conosco.

Também sou servidor público de carreira do Estado, quero manifestar aqui apoio irrestrito aos servidores da Assembleia, assim como aos servidores também do Poder Executivo.

Faço parte aqui da base de sustentação política em defesa do servidor público e nós vamos estar, juntamente com o Presidente Botelho, nosso companheiro, pré-candidato a prefeito aqui em Cuiabá, também na luta da categoria não só na questão da RGA, a RGA é uma pauta que provavelmente será votada no dia 11, mas também na reivindicação do auxílio saúde, em especial, aos aposentados e pensionistas aqui da Assembleia.

E a nossa luta diária com relação também aos servidores públicos do Poder Executivo, que é a recomposição da RGA daqueles anos que não foram pagos, não vamos deixar de lutar.

Deputado Lúdio Cabral está aqui, um grande lutador também em defesa dos servidores públicos, em especial também daquela alíquota previdenciária, né, Lúdio? Que vai ser uma luta... Todo ano, nós vamos lutar para que a isenção seja dada a todos os aposentados e pensionistas até o teto do INSS. (APLAUSOS)

Então, servidores públicos aqui da Assembleia podem contar com o apoio do Deputado Paulo Araújo, inclusive está tendo uma reunião ali no gabinete do Botelho, está aqui o Deputado Max, que é secretário aqui da Casa, possivelmente será o nosso próximo Presidente, então tem condições de, juntamente com todos aqui, encontrar um equilíbrio para atender as demandas dos servidores públicos aqui da Assembleia.

Contem comigo, a construção do projeto é no coletivo pelos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Paulo, que tem sido aqui, nesta Casa, um verdadeiro bastião na defesa dos interesses dos servidores públicos de Mato Grosso, não foi à toa que Vossa Excelência mais do que duplicou a sua votação ao renovar a sua cadeira neste Parlamento. Parabéns ao Deputado Paulo Araújo.

Próximo inscrito, Deputado... Júlio Campos encontra-se presente?

Passo a palavra ao Dr. João... Desculpa, sempre rápido. (RISOS)

O SR. JÚLIO CAMPOS – As obrigações de Presidente de Comissão de Constituição e Justiça estavam me chamando lá dentro para assinar os processos que nós vamos votar daqui a pouco.

Senhor Presidente, senhores Deputados, este início de ano nos foi muito triste em termos de falecimento de inúmeras personalidades e amigos, perdemos em Cuiabá duas

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

personalidades bastante conhecidas na sociedade mato-grossense, que é a senhora Ana Teresa Curvo Biancardini, viúva do saudoso Ari Biancardini, que foi presidente da Junta Comercial.

No meu governo, de 83 a 86, o Ari colaborou comigo e a dona Ana Teresa era uma militante nas obras sociais, junto com dona Isabel Campos, atendendo a comunidade carente dos bairros de Cuiabá e de todo Mato Grosso, faleceu e foi sepultada, ontem, aqui na Capital de Mato Grosso.

Faleceu também um jovem advogado, doutor João Jorge de Araújo, várzea-grandense, advogado, assessor jurídico da Sedec, que faleceu vítima de embolia pulmonar lá em Maceió e o seu sepultamento ocorreu na última quarta-feira, aqui na Capital do Estado.

Também o mundo artístico mato-grossense, o mundo cultural perdeu um grande ídolo, que é o João Carreiro. O João Carreiro é uma personalidade que conheci desde jovem.

Quando ele começou a carreira ao lado do Capataz, eu era dono da Rádio Industrial, da Rádio Antena e da televisão Brasil Oeste, nós demos muito apoio, muito espaço para que ele crescesse, para que ele prosperasse na sua carreira de grande profissional da música brasileira.

Cuiabano, mato-grossense, que amava esta terra e nos causou, assim, muita tristeza, porque foi muito jovem, no auge da sua carreira, ele faleceu em Campo Grande, vítima de uma operação cirúrgica cardíaca.

O João Carreiro marcou história, tanto é que fiquei muito emocionado ao ver a homenagem que as emissoras de rádio e televisão do Brasil prestaram à sua figura. A Rede Globo dedicou todos os seus noticiários à figura de João Carreiro, demonstrando a sua força, o seu prestígio junto à música brasileira e à música mato-grossense.

Portanto, ocupo neste momento esta tribuna do Poder Legislativo de Mato Grosso, em nome de todos os colegas, tenho certeza, para apresentar os nossos sentimentos juntos, o Deputado Beto Dois a Um já falou aqui... (TEMPO ESGOTADO)

Secretaria de Serviços Legislativos  
O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Pode abrir a palavra.

O SR. JÚLIO CAMPOS – ...os nossos sentimentos aos familiares dessas pessoas que aqui foram citadas.

Que Deus, na sua onipotência suprema, os acolha no seu reino, um grande abraço aos familiares dos falecidos que nós aqui registramos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns ao Deputado, ex-governador, Júlio Campos.

Agora, a palavra com Dr. João, representante do Chapadão dos Parecis, nosso português naturalizado brasileiro, grande médico, Dr. João José de Matos.

O SR. DR. JOÃO – Bom dia, senhor Presidente; bom dia, caros colegas e amigos; bom dia à imprensa que nos assiste, bom dia a todos que estão nos ouvindo neste momento, os que vieram nos visitar.

E dizer que compartilhamos junto com os funcionários públicos desta Casa a reivindicação que eles estão pedindo. Como médico, vemos principalmente o que eles recebem de auxílio-doença, é uma coisa muito pequena, 500 reais por mês. Acho que, de repente, não dá para muitos deles comprar a medicação de uso contínuo para eles e para seus familiares.

Então, dizer que nós estamos juntos nessa luta, conversamos com a Mesa Diretora para ver a possibilidade, o que pode ser feito para melhorar a causa deles.

E desejar, ao mesmo tempo, um ano de 2024 com muito sucesso, muita paz, muito amor no coração a todo o povo mato-grossense e que Deus ilumine os nossos caminhos, que nós aqui na Assembleia Legislativa consigamos distinguir o que é bom e o que não é bom para o Estado

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

de Mato Grosso, que Deus nos ilumine e que nos abençoe, que possamos exercer em 2024 um excelente mandato, principalmente, em prol do povo de Mato Grosso.

Um grande abraço a todos, fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Dr. João.

Próximo inscrito, Deputado Elizeu Nascimento.

Peço ao Deputado Nininho que assuma a Presidência, pois vou usar o Pequeno

Expediente.

(O SR. NININHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, ao saudar todos os colegas Deputados, quero desejar a todos um excelente 2024, com muita saúde, muito cuidado nas estradas, nos aviões, que vocês possam devolver à população todo aquele crédito que foi depositado em 2022 nas urnas.

Saudar os servidores aqui do Parlamento Estadual, muitos dos quais eu convivi nos anos 90, estou vendo aqui a minha colega senadora Serys Marly Silhessarenko, que durante 12 anos foi Deputada Estadual nesta Casa, senadora da República por Mato Grosso. (APLAUSOS)

E tenho certeza de que vocês, que ajudaram nesses 188 anos de história do Parlamento mato-grossense, receberão da nossa parte todo o respeito e faremos o possível para atender o pleito, porque sem vocês este Parlamento não existiria.

Muito obrigado pela presença de todos vocês. (APLAUSOS)

Colegas, apresento um requerimento aqui para que nós possamos fazer, no próximo dia 19, uma audiência pública para discutirmos a temática Portão do Inferno.

Já falei, nesta manhã, com o presidente do TCE, Sérgio Ricardo, e combinamos a data do dia 19 de janeiro, 9 da manhã. Vamos chamar todos os atores envolvidos nessa questão, o Governo do Estado, por meio da Casa Civil, por meio da Sinfra, da Sema, da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros.

Vamos chamar o ICMBio, convidar as faculdades de geologia, convidar o CREA, o Instituto de Engenharia, as prefeituras de Chapada e de Cuiabá, câmaras municipais, enfim, queremos todos os atores para debater essa temática, que trouxe muita dor de cabeça, principalmente para quem mora, para quem reside, para quem tem negócios no município de Chapada dos Guimarães.

Apresento um projeto de lei que dispõe sobre punições para pessoas que desrespeitarem entregadores de serviço delivery no exercício de sua profissão.

Um outro projeto de lei que dispõe sobre a dispensa do pedido médico para a realização de mamografia de rastreamento do câncer nas mulheres por meio do SUS.

Moções de Pesar aos familiares e amigos do colega deputado Pedro Satélite, do cantor cuiabano João Carreiro, do advogado João Jorge Alves de Araújo e do meu amigo Athayde Martins Pereira, pai do ex-vereador Luiz Poção.

Também uma indicação a Águas Cuiabá sobre a necessidade de realizar...  
(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Mais um minuto para...

O SR. WILSON SANTOS – ...sobre a necessidade de implantação de rede de esgoto no Bairro Jardim Mossoró.

Segundo Águas Cuiabá, em abril deste ano, Cuiabá atingirá um feito que eu não acreditava viver para ver, doutor Lúdio, o senhor que é candidato a prefeito de Cuiabá. Águas Cuiabá tem anunciado que, em abril deste ano, daqui a 90 dias, 100 dias, Cuiabá terá os serviços de esgotamento sanitário universalizado.

Isto é, chegando a 91%, Deputado Beto Dois a Um. É algo inacreditável! Será uma das primeiras capitais do Brasil a atingir esse percentual de 91% de esgoto coletado e tratado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Espetacular! Tive uma participaçãozinha pequena nisso e parabênzo aqui o ex-prefeito Chico Galindo, que foi decisivo nessa... Só mais um minuto, Nininho.

E apresento, Deputado Paulo Araújo... E quero pedir o apoio, o carinho de todos os colegas em relação à Lei da Pesca. A Assembleia aprovou, o governador sancionou e passou ser lei, a partir de 20 de julho do ano passado, a nova Lei da Pesca, que proíbe por 5 anos o transporte, o armazenamento e a comercialização de todo o pescado oriundo de rios em Mato Grosso.

Como o Governo do Estado, Deputados colegas, não fez as suas responsabilidades naquilo que a lei estabeleceu, Deputado Max, que era o recadastramento dos pescadores... não foi feito! Agora, de última hora, no apagar das luzes, está tentando fazê-lo.

Como não apresentou nenhuma linha de financiamento aos pescadores e pescadoras, como não apresentou nenhum programa de capacitação, governador Júlio Campos, treinamento para os pescadores... Não fez absolutamente nada, o Governo não fez nada em relação à Lei nº 12.197/2023.

Diante da inércia do Governo, apresento um projeto de lei, em conjunto com o Deputado Dr. João, Juca do Guaraná, Valdir Barranco, Lúdio Cabral e outros colegas que o queiram assinar, para que estabeleçamos que os efeitos dessa lei só sejam produzidos a partir de janeiro de 2025, a partir de janeiro 2025.

E mais, encontra-se no Supremo Tribunal Federal, sob relatoria do ministro André Mendonça. Essa matéria está judicializada e ele nos garantiu que, neste mês de janeiro, vai realizar uma grande reunião de conciliação... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Mais um minuto para concluir.

O SR. WILSON SANTOS – ...o ministro relator André Mendonça nos garantiu que, neste mês de janeiro, vai realizar uma tentativa de conciliação entre a União, que tem uma lei federal, é a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, dia de São Pedro inclusive, e o Governo Estadual, que tem uma lei nova da pesca, que é a 12.197/2023, de 20 de julho do ano passado. O ministro relator vai tentar construir uma conciliação entre esses dois entes, a União e o Estado.

Como essa matéria está judicializada e o Governo do Estado não fez as suas obrigações que foram amarradas na Lei nº 12.197, nós estamos propondo, então, que essa lei só entre em vigor a partir do ano que vem.

Obrigado, Presidente.

O Sr. Max Russi – Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Com a palavra, o Deputado Max.

O SR. MAX RUSSI – Só quero fazer a leitura do Ofício nº 1.083/2023, do gabinete da PGJ, o procurador-geral, Deosdete, encaminha despacho a esta Assembleia respondendo requerimento que foi, inclusive, de autoria do Deputado Gilberto Cattani, com relatório de demandas judiciais em que o Ministério Público de Mato Grosso atua como fiscal da lei envolvendo pessoas diagnosticadas com TEA - Transtorno do Espectro Autista, sob quaisquer aspectos médico-hospitalares, fármacos e afins desde 2019 até a data em resposta.

Dois, a indicação dos principais problemas reclamados pela sociedade em geral no tocante ao grupo de pessoas diagnosticadas com o transtorno do espectro autista quando procuram atendimentos do Ministério Público do Estado.

E aí, coloca as políticas públicas, aqui vou enumerar algumas apresentadas: direito à educação, direito à carteira de identificação da pessoa com transtorno do espectro autista, direito ao atendimento prioritário, direito à vaga especial de estacionamento, direito à prioridade na restituição do Imposto de Renda, direito à isenção do imposto IPI, ICMS para aquisição de veículos novos, direito à isenção de IPVA, direito a descontos na aquisição de passagens aéreas, direito ao recebimento de benefícios assistenciais como BPC-Loas e também direito ao lazer.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Era isso, Presidente. Encaminhado aqui pelo Deosdete Cruz Júnior, procurador-geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Deputado Max.

Eu indago se há alguém inscrito ainda no Pequeno Expediente. (PAUSA) Não havendo ninguém inscrito...

O Sr. Diego Guimarães – Senhor Presidente, senhor Presidente, é o Deputado Diego, eu pedi inscrição.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Com a palavra, Deputado Diego Guimarães.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Obrigado, Deputado Nininho.

Quero cumprimentá-lo, em seu nome cumprimentar todos os colegas Deputados, cumprimentar aqueles que nos acompanham aí nas galerias, servidores desta Casa, servidores aposentados, aqueles também que estão acompanhando a Lei Complementar nº 64/2023, aqueles que nos acompanham na Rádio e TV Assembleia.

Senhor Presidente, faço uso deste Pequeno Expediente para, primeiramente, apresentar uma Moção de Pesar, assim como os colegas já mencionaram, pelo passamento do ex-deputado Pedro Satélite.

Pedro Inácio Wiegert, que foi um notável político do nosso Estado, vindo de Santa Catarina no ano de 1978, salve engano. A partir de 1986, iniciou a sua carreira política como vice-prefeito e prefeito de Guarantã do Norte, empresário do ramo de transporte de passageiros. Eu acho que todos nós tivemos oportunidade de conhecer a empresa Satélite ou até mesmo de viajar, como diversas vezes viajei, pela empresa.

Em sequência, a partir de 1990 até 2018, estive como Deputado Estadual no Estado de Mato Grosso, seja como titular, seja como suplente, e que deixou um legado de trabalho muito grande, especialmente pela região Norte, a região de Guarantã, Matupá, Peixoto, Terra Nova, Novo Mundo, Itaúba, Nova Canaã, Santa Helena, Colíder, Alta Floresta.

Toda essa região recebe um legado do deputado Pedro Satélite, como na área de transporte, pois foi um grande batalhador pela pavimentação asfáltica da BR-163. Eu conheço muitas histórias dele, que ele mesmo narrou, da sua luta pela pavimentação asfáltica quando ninguém acreditava que a BR-163 seria pavimentada.

O Pedro Satélite sempre lutou por isso, garantindo não só a questão logística do nosso Estado para escoamento de grãos, mas também de passageiros, trazendo mais segurança. E, hoje, nós já falamos de outra realidade da BR-163, que é a duplicação dessa BR.

Ele também atuou muito fortemente na agricultura familiar, regularização fundiária, enfim, ele deixa um legado muito grande para a população mato-grossense. Certamente, o seu nome estará marcado na história deste Estado e o momento que o Estado vive hoje de desenvolvimento passa muito pelo trabalho do ex-deputado Pedro Satélite.

Pessoalmente, tenho uma gratidão, uma proximidade muito grande, minha família... Em 86, teve a oportunidade de ser vice-prefeito e prefeito de Guarantã do Norte, nossa família chegou a Guarantã em 82, eu nasci em 85 e, pessoalmente, tenho uma história de proximidade, inclusive profissional.

Logo que formei em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, trabalhei no Ministério Público como estagiário, depois como assessor, quando fui convocado pelo então Deputado Pedro Satélite para ser seu advogado na Assembleia Legislativa, com quem advoguei por aproximadamente quatro anos.

Então, à família, em nome dos seus dois filhos, Márcio, Andriago, também da Marciana, ele possui uma outra filha mais nova, da sua ex-esposa também, cunhados, genros, noras, deixo um grande abraço a todos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

Em nome da população mato-grossense, externo essa Moção de Pesar, e peço aprovação, pelo falecimento, pelo passamento do ex-deputado Pedro Satélite, que lutou por 2 anos, aproximadamente, contra esse câncer no pâncreas, que, infelizmente, o vitimou com apenas 68 anos.

Também, Presidente, aproveito para apresentar um requerimento a ser encaminhado ao ICMBio, para que o ICMBio apresente a esta Casa... Na mesma linha do Deputado Wilson Santos, que propôs a audiência pública, e estarei presente nessa audiência pública, Deputado Wilson Santos.

Para que o ICMBio também apresente quais medidas foram tomadas para evitar... E informar sobre solicitações que o Estado de Mato Grosso, eventualmente, tenha apresentado para obra de melhoria nessa região e que, talvez, tenham sido negadas ou sequer tenham sido feitos esses requerimentos ao ICMBio sobre as obras de melhoria e de segurança também dessa MT tão importante, que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães.

E, por fim, apresentarei esta semana uma cobrança à Secretaria de Estado de Meio Ambiente também tratando da Lei da Pesca, da proibição do transporte e armazenamento do pescado no Estado de Mato Grosso.

Quando aprovamos, há um dispositivo, uma emenda de minha autoria, que autorizaria a pesca, ainda que nesse período de cinco anos – de três anos, salve engano, como foi na nossa lei aprovada –, de peixes que estejam inseridos em bacias hidrográficas que não sejam as suas naturais, que estejam com superpopulação, ameaçando aí outras espécies, como, por exemplo, o pirarucu, o tucunaré, a piranha, que são espécies que sabemos que em algumas bacias hidrográficas do nosso Estado têm sido um problema.

E nós autorizamos, por meio dessa emenda, que foi aprovada nesta Casa, para que pudesse acontecer a pesca desses pescados, o transporte, armazenamento, venda, enfim, para que tudo isso pudesse acontecer, mediante a autorização da Sema, por meio de resolução que deveria ser aprovada por essa secretaria.

Até o momento, não vimos essa atitude por parte da Secretaria de Meio Ambiente, então cobro neste momento, iremos esta semana já... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Mais um minuto para o Deputado concluir a sua fala.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – ...só para finalizar, Presidente.

Então, vou apresentar também a cobrança para saber se o Estado, a Secretaria de Meio Ambiente está fazendo esse estudo para autorização desses pescados que estão listados na legislação que nós aprovamos no ano passado, haverá de ser autorizada a sua pesca, transporte e armazenamento, ainda que nesse período em que nós aprovamos a lei no ano passado.

Então, é isso que nós tínhamos para hoje e agradeço a oportunidade, senhor Presidente...

(O SR. WILSON SANTOS REASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Deputado Elizeu Nascimento. Deputado Elizeu não se encontra, nós então... Deputado Carlos Avallone e, em seguida, Deputado Valdir Barranco.

O SR. CARLOS AVALLONE – Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada Janaina; a todos os aposentados que estão aqui na tribuna, sejam bem-vindos aqui à nossa Assembleia, é a sua casa também.

Deputados, primeiro, queria falar um pouco sobre as emendas impositivas. No ano de 2023, foram empenhados mais de 99% de todas as emendas impositivas, e aí faço uma referência aqui ao nosso Líder, Dilmar Dal Bosco, ao nosso Vice-Líder, Beto Dois a Um, para que levem ao

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

governador os nossos parabéns pela decisão, embora sejam emendas impositivas, de estar sempre pronto para o pagamento dessas emendas, isso é fundamental para que isso possa ocorrer.

Em contrapartida, a Assembleia se preparou para que isso pudesse acontecer, fazendo uma capacitação em todos os gabinetes, fazendo uma capacitação do próprio Governo, por meio da convocação dentro da Assembleia das secretarias, estiveram aqui muitas delas com seus secretários para que pudéssemos em conjunto, os gabinetes dos Deputados junto com as assessorias e com as secretarias, criar as condições para que isso tudo pudesse acontecer.

E quero aqui fazer uma referência à nossa comissão, dar... Ou melhor dizendo, à nossa consultoria da Comissão de Fiscalização e à própria consultoria da comissão que é feita de apoio ao Presidente Botelho, à Mesa Diretora, que fizeram um trabalho espetacular para que isso pudesse acontecer.

O governador, inclusive, incluiu, como uma das formas de avaliar os seus secretários, o desempenho das emendas impositivas, portanto essa união de esforços fez com que esse ano mais de 99,5% das emendas fossem empenhadas, a grande maioria fosse liquidada e paga. Portanto, nós temos um caminho aberto para as emendas deste ano.

Fizemos alguns ajustes do nosso orçamento, que vão ser apresentados e vão ser votados aqui hoje, mas um deles, que é muito importante para que seja comentado aqui... É que, na realidade, houve muita demora na discussão das emendas impositivas para a saúde.

Porque precisou da decisão de uma Adin no Supremo Tribunal, numa decisão do ministro Toffoli, para que pudéssemos dar encaminhamento aqui a essas medidas, a essas emendas e a partir daí... (TEMPO ESGOTADO)... E a partir daí, nós retiramos da própria saúde os 293 milhões ou 294 milhões que nós precisávamos para as emendas impositivas.

Mas nós estamos também propondo aqui na Assembleia, nesta Sessão, uma mudança na LDO, garantindo que esse volume de recursos, os 294 milhões de reais, volte para a saúde, assim que houver excesso de arrecadação. Lembrando que, no ano de 2023, 1 bilhão de reais foi destinado à saúde em excesso de arrecadação.

Portanto, a saúde, que tem um orçamento de 3,1 bilhões, não vai ter nenhum tipo de corte durante o ano, para que ela possa ser executada, então a saúde é prioridade do Governo, mas é prioridade também da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Nós estamos aqui também... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Mais um minuto.

O SR. CARLOS AVALLONE – ...obrigado.

Nós estamos também... Vamos colocar aqui em votação também, em segunda votação, a Procuradoria da Mulher, a estrutura da Procuradoria da Mulher.

E queria pedir o apoio de todos, acabamos de receber aqui a delegada da Delegacia da Mulher, que fez alguns depoimentos, alguns pedidos a nós e a importância dessa procuradoria, para que esta Casa continue tendo um protagonismo nesse assunto.

Mas essa procuradoria, que tem como presidente a nossa Deputada Janaina, eu e o Barranco como vice-presidentes, nós vamos trabalhar não só no acolhimento das mulheres depois que elas são acometidas pelas agressões ou até pelo feminicídio, mas nós vamos trabalhar também na educação.

Nós vamos trabalhar junto com a Secretaria de Educação, nós vamos trabalhar junto com a Sala Lilás, lá da Politec, nós vamos trabalhar junto com as salas que têm o atendimento para essas mulheres, mas de uma forma com que as nossas crianças sejam preparadas para que não possam fazer esse tipo de agressão.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

As crianças veem os pais cometendo alguns crimes contra as mães, contra as mulheres e depois elas mesmas passam a ser as agressoras quando chegam à idade adulta e quando se casam, então nós temos um problema também de formação.

Então, esta Sessão tem muitos assuntos importantíssimos e nós vamos estar aqui juntos, com vocês, para fazermos a defesa e a votação desses projetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Avallone.

Quero parabenizar aqui o trabalho que Vossa Excelência liderou nesta Casa em relação às emendas e a criação, por parte da Mesa Diretora, de um organismo aqui que passou a cuidar disso; se chegamos a 99% das emendas nossas aqui empenhadas, foi porque o Parlamento cansou de ficar na espera, inerte, nós resolvemos agir.

E é isto que nós temos que fazer também, Deputado Max, com relação às leis que nós aprovamos aqui: criar um setor na Casa que faça cumprir as leis, não é possível!

Deputado Valdir Barranco, e convido o Deputado Botelho para assumir o seu devido lugar para o qual foi eleito por 23 dos 24 Deputados.

(O SR. EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. VALDIR BARRANCO – Quero saudar aqui o público presente, servidores, os aposentados e pensionistas, servidores da Casa que estavam aqui, estão se mobilizando também em busca dos seus direitos, os Deputados, a Deputada Janaina, desejar a todos e todas um 2024 repleto de muitas bênçãos, de muita saúde, a gente com saúde... o restante a gente luta.

Quero já iniciar este ano dizendo que me dedicarei muito neste ano de 2024 na luta em defesa das mulheres e contra a violência praticada contra as mulheres. É inadmissível os números que nós temos no Brasil e no Estado de Mato Grosso, os números crescentes de violência, de agressão, de feminicídio. Nós precisamos, a partir do assento que ocupamos aqui, dar nossa voz, combatermos essa violência.

Parabenizar já a Casa, que criou, no ano passado, a Procuradoria da Mulher. Nós temos a Deputada Janaina como procuradora, eu e o Deputado Avallone dividimos as subprocuradorias e vamos fazer, Deputada Janaina, que este ano de 2024 possa ser um marco na defesa das mulheres de Mato Grosso, com ações a partir dessa procuradoria, mas também de todos os demais mandatos.

Quero falar também da nossa luta em defesa da saúde aqui no Estado de Mato Grosso. Nós que temos andado, e temos visto, e temos recebido muitas ligações e apelo... é uma vergonha a saúde do Estado de Mato Grosso, as filas que se remontam e de pessoas que esperam com muita dor por cirurgias principalmente.

Nós tivemos o anúncio, no final do ano, de cinco estados que já eliminaram a fila das cirurgias eletivas: Tocantins, Sergipe, Piauí, Paraíba e Mato Grosso do Sul, em parceria com o Governo Federal, e em Mato Grosso são filas quilométricas, um estado que arrecada tanto e que não cuida dos seus habitantes, principalmente daqueles que estão em momento de saúde precarizada.

Esta Casa está fazendo muito, parabenizar todos os Deputados por dedicar 30% das nossas emendas às cirurgias eletivas, 50% para a saúde como um todo, e 30% para as cirurgias eletivas. Espero que o Estado faça bom proveito e possa zerar essas filas.

E não compreendo por que não paga as nossas emendas da saúde, nenhum centavo das minhas emendas da saúde foi pago nesse ano de 2023. Eu quero lamentar isso, que seja pago agora no início do ano; porque, se nós temos problema na saúde, por que não aproveita os recursos das nossas emendas.

Então, que o Governo pague para que esses recursos cheguem até a população que mais precisa... (TEMPO ESGOTADO)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Lúdio Cabral... Ah, Deputado Max, pode usar.

O SR. MAX RUSSI – Obrigado, Presidente.

Só quero aqui fazer uma colocação agora, até o Deputado Avallone me lembrou, eu e o Paulo estivemos na COP no final do ano passado, lá fizemos várias reuniões e numa dessas reuniões, Presidente, foi falado sobre sequestro de carbono, algo importantíssimo para o nosso Estado.

Nessa reunião, o governador participou também e ficou de encaminhar a esta Casa... Inclusive, Paulo, numa discussão nossa, se ia ser criação de uma SPE ou uma empresa de economia mista para cuidar só disso. Inclusive, eu e o Paulo encaminhamos que não teríamos dificuldade de aprovar dentro da Assembleia.

O estado de Tocantins já saiu na frente, já montou essa empresa, já estão trazendo mais de bilhão de investimento por meio do sequestro de carbono e é algo que, confesso, olhava e não via isso de forma muito concreta, e lá nós tivemos a oportunidade de ver estados do Brasil que já estão à frente de nós e esse projeto é um projeto importante.

Então, quero fazer uma fala aqui, em nome do Deputado Paulo também, cobrando ao Governo para que possa encaminhar a esta Casa, não sei se estão em estudo ainda, em análise, o Deputado Avallone quer ajudar também nessa discussão.

Tenho certeza de que vai ter o estudo e o trabalho de todos os Deputados para que possamos dar essa opção também aos nossos produtores rurais, que querem preservar, querem conservar, e termos ganho com a floresta em pé.

Então, é algo bastante bacana, existe um sentimento e uma procura mundial por isso e Mato Grosso tem uma capacidade muito forte. Precisamos avançar nessa direção, então quero fazer esse registro.

Estamos iniciando o ano, esse projeto era para ter entrado aqui no final do ano, não entrou ainda, esperamos que, nos próximos dias ou meses, o Governo encaminhe, para que possamos dar oportunidade aos nossos produtores de também terem isso como uma opção de rendimento e de viabilidade das suas propriedades rurais.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Inscrito, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, bom dia a todas as pessoas que acompanham a Sessão, aos colegas e a colega Deputada, aos servidores da Assembleia, aos servidores mobilizados.

Quero aqui, no Pequeno Expediente, tratar de três temas. O primeiro deles é em relação à votação da lei orçamentária anual, e aí, é lógico que, quando nós debatermos o projeto de lei na Ordem do Dia, vou aprofundar esse debate.

Mas quero aqui, primeiro, dizer o seguinte: o governador do Estado não está cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal, que não acatou a ação de inconstitucionalidade que ele propôs tentando evitar o aumento das emendas parlamentares impositivas de 1% para 2% da receita corrente líquida.

O Supremo Tribunal Federal apenas disse o seguinte: “Olha, serão 2%, mais 50% serão destinados à saúde”. Portanto, o governador precisa cumprir a PEC que nós aprovamos aqui e precisa cumprir essa decisão judicial.

E cumprir de que forma? Encaminhar um novo projeto de lei à Assembleia destinando 2% da receita corrente líquida às emendas parlamentares impositivas, ampliando em quase 300 milhões de reais os recursos para a saúde no Estado de Mato Grosso.

É isso que o governador deve fazer e é isto que a Assembleia deve cobrar: o cumprimento da decisão judicial do Supremo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

Estou acompanhando todo esse processo de diálogo que está acontecendo para que a Assembleia faça as alterações por meio de emenda ao orçamento, mas está errado esse procedimento. O que está acontecendo? O governador está jogando no colo da Assembleia para que os Deputados reorganizem o orçamento.

Só que é o seguinte: vai reorganizar dentro do próprio orçamento da saúde. O que significa dizer que o governador fala que quer aumentar o orçamento da saúde; mas, ao contrário, ele está dizendo: “Deputados, mexam no próprio orçamento da saúde que encaminhei para contemplar esse 1% de emenda impositiva, esses 300 milhões de reais”.

Não é isso que tem que acontecer, nós temos que aumentar em 300 milhões o orçamento da saúde por meio da emenda impositiva e não... Mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...e não pegar o orçamento que já foi construído lá na Secretaria de Estado de Saúde – porque há um trabalho técnico nesse orçamento – e retirar recursos de ações que já estão previstas no orçamento da saúde para alocar em emenda parlamentar.

Então, faço esse apelo aqui, porque nós temos que encontrar uma equação que não traga prejuízo para a saúde e que não jogue nas costas dos Deputados problemas que acontecerão no ano de 2024.

Por exemplo, retira recurso da regulação, há problema na regulação, o Deputado denuncia, o governador vai dizer: “Não, o Deputado tirou dinheiro da regulação para atender as suas emendas parlamentares impositivas”, então nós não podemos cair nessa armadilha.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputada Janaina Riva.

A SRª JANAINA RIVA – Bom dia, Presidente; bom dia a todos os colegas Deputados.

Presidente, não poderia deixar de vir aqui para reforçar o que foi dito pelo meu colega Deputado Valdir Barranco e da nossa satisfação de ver a Procuradoria da Mulher na Assembleia crescendo com apoio de todos os meus 23 colegas Deputados, que são sensíveis à causa da mulher, ao combate à violência contra a mulher.

Então, gostaria muito de agradecer a todos os colegas, que têm dado esse suporte, especialmente ao Deputado Carlos Avallone, que tem sido um gigante nesta Casa, não só na Procuradoria, mas na condução também das emendas de cada um dos Deputados e nessa discussão, e ao Deputado Valdir Barranco, que faz parte da Procuradoria.

Hoje, nós tivemos o prazer de receber, com o Presidente Eduardo Botelho, com o Secretário Max Russi, a delegada doutora Judá, que é a delegada titular da Delegacia da Mulher, que veio aqui propor uma parceria com a Assembleia para capacitação dos policiais civis mato-grossenses, uma pauta muito importante.

E ouviu do Presidente da Assembleia, Eduardo Botelho, que não só ele já tem esse compromisso, como a Assembleia, junto com o Deputado Avallone, Deputado Valdir Barranco, a Procuradoria, por meio da doutora Francielle, está trabalhando em um projeto dentro das escolas, na educação, para combate à violência como um todo, aos abusos, ao assédio, ao estupro, ao feminicídio.

Então, quero deixar aqui registrado esse grande feito da Assembleia Legislativa e essa preocupação não só com a violência física como com a violência psicológica, que é o trabalho que o Deputado Avallone está desenvolvendo na comissão que trata da saúde mental, na câmara temática que trata da saúde mental, e que é muito importante esse acompanhamento psicológico não só da mulher vítima, mas da família, que é vítima de violência.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

Quero dedicar e cumprimentar aqui a querida ex-deputada Serys, que está aqui conosco, o meu respeito à senhora e ao seu trabalho, especialmente, voltado para as mulheres de Mato Grosso.

E cumprimentar aqui os servidores da Assembleia, que estavam aqui lutando pelos seus direitos, assim como aqueles que estão aqui para defender a mineração do Estado de Mato Grosso, para defender o nosso Estado, para que continue a ser um estado progressista e viável economicamente falando.

Parabéns a vocês, que trabalham com essa tão digna profissão, que é a do minerador, o meu respeito, o meu carinho.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Quero cumprimentar a todos os fotógrafos que fazem a cobertura aqui da Assembleia Legislativa, a todos os fotógrafos dos sites que vêm aqui, que participam aqui, hoje é Dia do Fotógrafo, então recebam os nossos cumprimentos, os nossos parabéns pelo trabalho que vocês fazem, que é divulgar o Deputado, divulgar a Assembleia Legislativa, divulgar o trabalho que nós fazemos aqui.

Parabéns a todos vocês, e conseguem, de uma forma, ainda fazer pessoas ficarem mais bonitas – né, Wilson? –, bonitas já são, mas conseguem fazer mais bonitas – né, Elizeu? –, está ali, até Elizeu está saindo bonito na foto aí gente graças ao trabalho desses brilhantes fotógrafos que fazem a cobertura aqui da Assembleia Legislativa. (RISOS)

Quero só também fazer uma colocação aqui em relação à fala do Deputado Lúdio Cabral. Para assegurarmos que esse dinheiro vai ser recolocado na saúde, nós estamos fazendo uma alteração na LDO colocando uma emenda lá garantindo que o primeiro recurso extraorçamentário que tiver, e vai ter, porque o Governo tem mandado sempre a menor, será para recompor esses valores que foram usados nas emendas para a saúde.

Na verdade, está indo para a saúde também; e aí, ficaria, sim, Deputado Lúdio, considerado um acréscimo para a saúde.

Então, é isso, é a maneira que nós encontramos de garantir a reposição e a recomposição desse dinheiro para a saúde.

Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, só um minutinho, quero parabenizar o trabalho aqui que a Mesa Diretora tem feito em relação à Procuradoria da Mulher, mas não poderia deixar de fazer um resgate histórico, para que se faça justiça de forma completa.

A sugestão para a implantação dessa procuradoria nasceu da Câmara Setorial Temática da Mulher, que foi presidida aqui pela desembargadora Maria Erotildes Kneip e pela professora Jacy Proença.

Essa câmara trabalhou aqui durante 2 anos e a compuseram a jornalista Eunice Ramos, da TV Centro América; a presidente da OAB, doutora Gisele; também a assessora parlamentar Mayana Alves, a delegada de polícia doutora... é um nome complicado nunca consegui... Rosilete... Jozirlethe, que também esteve o tempo todo, a magistrada Amini Haddad.

E gostaria de deixar registrado que aquele trabalho todo produziu um relatório consistente, a Deputada Janaina também esteve conosco desde o início.

E uma das sugestões da câmara temática foi a criação da procuradoria, então quero parabenizar a Mesa Diretora, por meio de Vossa Excelência, Presidente Botelho, e do Deputado Max, que estão dando encaminhamento a algumas sugestões produzidas pela Câmara Setorial Temática da Mulher.

Presidente, só isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Sebastião Rezende.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

A Srª Janaina Riva – Vossa Excelência me permite pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sempre, Deputada.

A SRª JANAINA RIVA – Obrigada, Presidente.

Enquanto o Deputado Sebastião Rezende caminha aqui, quero realmente fazer essa correção, porque o Deputado Wilson Santos foi fundamental quando da criação da câmara temática de combate à violência doméstica.

E nesse trabalho... Ele está certíssimo aqui, porque não podemos falar do presente e esquecer do passado, mas ele abriu caminhos para que nós, hoje, tivéssemos condições de criar uma Procuradoria da Mulher, de tratar desse assunto pensando com planejamento, especialmente esse projeto da educação que o Presidente desta Casa está encabeçando.

E quero reforçar, Presidente, que esse trabalho, que depois foi conduzido pela Jacy Proença, se desenrolou em um projeto que carece ainda de publicação e gostaria de pedir à Vossa Excelência que nós trabalhássemos para, no próximo orçamento, que eu sei que agora está muito apertado, começarmos a ter um planejamento para investir nesse combate à violência.

Se não me engano, o Deputado Avallone falou que no orçamento deste ano o valor é de 500 mil reais, muito aquém daquilo que é necessário para você tratar de uma pauta que hoje corresponde a mais de 60% dos crimes do Estado de Mato Grosso, que é o crime contra a mulher, é o crime contra a criança, é o crime de abuso sexual, é o feminicídio.

Só registrar isso, Presidente, e parabenizar também o Deputado Wilson Santos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Botelho; os senhores Deputados, a senhora Deputada, desejando a todos um ano de 2024 muito próspero; aos nossos servidores estendo os cumprimentos.

Evidentemente, todos nós aqui estaremos juntos trabalhando para que os nossos servidores possam ter os seus direitos garantidos e que possam ser realmente valorizados, como os Deputados têm dito aqui.

Nós temos um respeito muito grande pelo servidor aqui da Assembleia Legislativa, que tem tratado a todos nós realmente com muito carinho e com um esforço enorme, então ficam os nossos cumprimentos a todos.

E quero aqui, senhor Presidente, fazer o meu registro – e eu sei que a Mesa Diretora, possivelmente, já tenha feito, e quero assinar juntamente, a Moção de Pesar – do falecimento do nosso companheiro deputado Pedro Satélite, que foi uma perda realmente muito grande.

Eu tive aqui o privilégio de, durante 5 mandatos, estar sempre com o deputado Pedro e sei da luta que ele travou, ao longo desses anos, por vários projetos, dentre eles a BR-163, e, no final, ele foi um guerreiro, travando uma luta tremenda contra um câncer; e, infelizmente, veio a falecer. Então, deixo a toda a família as nossas condolências.

E quero aqui, senhor Presidente... Como já dito pelo Deputado Avallone, houve a necessidade de mexer nos recursos no orçamento da própria Secretaria de Saúde para destinar às emendas parlamentares.

É óbvio que nós já tínhamos esse trabalho feito, a Casa já havia aprovado esses 2%, e gostaria de fazer um apelo ao Governo do Estado: de que essa arrecadação que haverá de acontecer... Nós votamos no final do ano passado para que o Governo pudesse já fazer esse trabalho neste ano, vai aumentar a arrecadação oriunda da taxa do setor mineral, a Lei nº 12.370.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

De que esse recurso seja destinado à Secretaria Estadual de Saúde, nós temos uma necessidade muito grande de investimento na área da saúde. Se não bastasse todos esses projetos que estão já sendo executados, nós temos demanda...

Por exemplo, na região Sudeste, nós temos a necessidade de começar com urgência o novo hospital regional em Rondonópolis, Deputado Max, Vossa Excelência, que é da região, sabe, são quase 1 milhão de habitantes, nós não temos!

Hoje, o Hospital Regional está estrangulado, 97% de ocupação, é impossível hoje ser mantido e atender a população da forma como está. Então, o início da construção de um novo hospital regional é imperativo, é fundamental e não tem mais como esperar.

Só o orçamento de um hospital da magnitude de um hospital regional, aos moldes dos que estão sendo feitos, dos quatro que estão sendo construídos, é algo em torno de 150 milhões de reais. Então, fica aqui o meu pedido ao Governo do Estado para que esses recursos possam ser destinados para a saúde, pela necessidade que nós temos, que é realmente muito grande.

Também gostaria, senhora Presidente, de apresentar um requerimento solicitando informações da Secretaria de Segurança Pública com relação ao programa Vigia mais MT.

Gostaria de saber quantos municípios já aderiram a esse programa e quantas câmeras de monitoramento e demais equipamentos para esse monitoramento já foram destinados a esses municípios e o valor que cada município está recebendo nesse investimento, até porque é extremamente importante que isso seja feito.

E nós tivemos a oportunidade de fazer várias indicações aqui, nós temos sido cobrados muito por esses investimentos na região Sudeste do Estado, Rondonópolis tem cobrado esse investimento e nós gostaríamos de ter essa informação por parte da Secretaria de Segurança Pública. Então, fica aí o nosso pedido.

Também o nosso desejo de que os Ciosps sejam implantados... Deputada Janaina, hoje, nós temos um aplicativo, que foi aprovado e que virou lei hoje no Estado de Mato Grosso, que proporciona à mulher vítima de violência acessar esse aplicativo e automaticamente a Polícia Militar já vai ao encontro dessa mulher que está naquele momento sendo ameaçada para socorrê-la.

Então, é importante que nós tenhamos os Ciosps, porque infelizmente nos lugares onde nós não temos o Ciosp não tem sido possível utilizar o aplicativo SOS mulher.

Então, fica também mais essa solicitação ao Governo do Estado, e às prefeituras que possam fazer essa parceria com o Governo do Estado, que está trabalhando muito nesse sentido, e nós esperamos que efetivamente essas ações possam acontecer.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Nininho.

O SR. NININHO – Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputada Janaina, aproveitar aqui para desejar um feliz 2024 a todos os nossos colegas Parlamentares, que Deus dê muita paz, saúde e muita prosperidade a todos.

Senhor Presidente, quero aqui pedir que seja feita a inversão de pauta do PL nº 64, e quero aqui parabenizar o nosso Líder, Deputado Dilmar, o Deputado Avallone e o Governo do Estado, que teve a sensibilidade de mandar esse projeto para simplificar e diminuir um pouco a burocracia dos nossos trabalhadores deste Estado.

Trabalhador esse que se sujeita a fazer exploração do minério, que gera milhares de empregos, que aquece a economia dos nossos municípios do Estado de Mato Grosso e nada mais justo do que nós aprovarmos esse PL, que vai simplificar a ampliação da área dentro das APPs.

Em um estado que preserva 62% do seu território, com certeza esta Casa de Lei não pode se furtar de dar esse direito aos trabalhadores. Tanta área a ser preservada por que tem que

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

ser somente aquela ali que serve para o meio ambiente, então acho que o mínimo que nós temos que fazer é votar esse projeto, esse PL do Governo.

Com certeza, isso vai contribuir com os nossos trabalhadores do garimpo e vai ajudar na distribuição de renda.

Parabéns, Dilmar! Parabéns a todos e, se puder atender o pedido, fico grato, Presidente, e com certeza nós liberaremos esses trabalhadores, que estão aguardando por essa votação.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sesaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8153&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search>)

**GRANDE EXPEDIENTE**  
(NÃO HOUVE GRANDE EXPEDIENTE.)

**ORDEM DO DIA**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerrado o Pequeno Expediente, vamos para a Ordem do Dia.

Indicações apresentadas pelo Deputado Eduardo Botelho, Valdir Barranco, Dr. Eugênio e Thiago Silva.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação as indicações. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao Projeto de Lei nº 2.347/2023, que altera a Lei nº 11.488, de 11 de agosto de 2021.

Em discussão... Para discutir, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, para discutir rapidamente aqui, até pedi ao Deputado Nininho para que viesse pedir a inversão de pauta, um projeto tão importante, que é a relocação principalmente, Deputado Júlio Campos, que brilhantemente fez uma audiência pública, e ainda o Estado ganha 10% a mais de preservação.

Mas vim aqui pela dispensa de pauta da Procuradoria da Mulher, criada dentro da Assembleia Legislativa. Fica uma indagação, senhor Presidente, porque, de dois meses para cá, eu tive que estar justificando, Deputado Júlio Campos, no interior do Estado de Mato Grosso, por qual razão estava sendo citado pelo, salve engano, na época, *Olhar Cidade*, lá da região de Guarantã, Matupá, Peixoto, que um deputado, ex-deputado tinha agredido a sua esposa ou ex-esposa.

Eu acho que nós temos que, agora, aproveitar, Deputado Avallone, e fazer o pedido tanto à delegacia regional, às delegacias dos municípios da região e ao site para que identifique, porque para mim ficou bastante ruim, Deputado Júlio.

Porque sou lá do Nortão e estou Deputado Estadual, residindo na minha cidade de Sinop, então ficou ruim, porque até então nunca tinha visto falar que um deputado ou ex-deputado ou alguém tivesse agredido a esposa ou alguma coisa assim.

Então, gostaria... Até porque fui bastante questionado, comentado em sites lá, colocando o meu nome, por exemplo, e gostaria de esclarecer a verdade, então já aproveitar essa comissão para trazer a verdade, buscar os boletins de ocorrência, porque não pode ter sigilo sobre agressão à mulher, até porque há a Lei Maria da Penha, eu gostaria do esclarecimento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Então, já fica a indagação, assinei o requerimento, assinei o requerimento, mas quero esclarecimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o requerimento de dispensa de pauta permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento do Deputado Dr. Eugênio, que dispõe sobre a criação do programa de apoio aos clubes de futebol federados na Federação Mato-Grossense de Futebol.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de dispensa de pauta ao projeto apresentado pelo Deputado Wilson Santos, Dr. João e Juca do Guaraná, que altera dispositivo na Lei nº 12.197, de 20 de julho de 2023.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto... Ô, pera aí, esse aqui ficou aqui para trás... Ah, está aqui.

Requerimento apresentado pelo Deputado Gilberto Cattani, requerendo urgência urgentíssima na tramitação do Projeto de Lei nº 2.256/2023, que dispõe sobre alteração na Lei Estadual nº 7.958, que define o plano de desenvolvimento de Mato Grosso, cria fundos e dá outras providências.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Apresentado pela Deputada Janaina Riva, convocando o presidente do Intermt, senhor Francisco Serafim, para que compareça, no mês de fevereiro, em data a ser definida, para tratar de assuntos referentes à adequação, atualização da legislação vigente em relação à regularização fundiária urbana.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimentos de informações apresentados pelo Deputado Thiago Silva, pelo Deputado Diego Guimarães e pelo Deputado Valdir Barranco.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovados. Vão ao Expediente.

Moções de Aplausos apresentadas pelo Deputado Cláudio Ferreira, pela Deputada Janaina Riva e pelo Deputado Gilberto Cattani.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moções de Pesar apresentadas pelo Deputado Gilberto Cattani, pelo Deputado Diego Guimarães, pela Deputada Janaina Riva, pelo Deputado Eduardo Botelho, pelo Deputado Beto Dois a Um e pelo Deputado Cláudio Ferreira.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Registre-se o voto contrário do Deputado Barranco e do Deputado Lúdio Cabral à Moção de Pesar para 8 de janeiro, que foi apresentada aqui.

O Sr. Gilberto Cattani – Senhor Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pela Ordem, Deputado Cattani.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

O SR. GILBERTO CATTANI – Senhor Presidente, quero agradecer a boa vontade dos meus colegas, mas esse requerimento de urgência urgentíssima, infelizmente, está equivocado, apesar de ser uma lei que também é no mesmo sentido.

Mas aqui trata da questão do leite e o que nós queremos que tramite mais rapidamente é a questão da moratória da soja, provavelmente minha equipe se equivocou, então gostaria de pedir a retirada dele e nós, na próxima Sessão, faremos o correto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, autorizada a retirada do projeto.

Projeto de Lei Complementar nº 64/2023 (MENSAGEM Nº 136/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que altera a Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente. Os pareceres são favoráveis da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando a Emenda nº 5, restando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, bem como os Substitutivos Integrais nºs 1 e 2.

Em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, é nosso dever, é nosso dever nos pronunciar aqui sobre, infelizmente, provavelmente, espero evitar isso, um novo erro da Assembleia Legislativa.

O conteúdo desse projeto de lei foi votado no ano de 2022 aqui na Assembleia Legislativa, infelizmente aprovado em desrespeito à Constituição brasileira, ao Código Florestal brasileiro, à Constituição do Estado de Mato Grosso, ao Código Ambiental de Mato Grosso, permitindo atividade de mineração em área de reserva legal em propriedade privada.

Não tem sentido isso, isso é absolutamente inconstitucional e esse discurso de que é para realocar por novas áreas de reserva legal... Eu quero que alguém me diga aqui onde há área nova de reserva legal no Estado de Mato Grosso para acontecer realocação dentro do mesmo bioma, isso é um sofisma, isso é uma falácia para esconder um prejuízo sem precedência ao meio ambiente.

Em 2022, o Ministério Público Estadual judicializou a lei aprovada na Assembleia e há uma decisão judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso suspendendo os efeitos da lei aprovada aqui em 2022. Aí, em 2023, o governador do Estado de Mato Grosso resolve encaminhar, novamente, o mesmo projeto de lei, estando *sub judice* a lei aprovada em 2022, com o mesmo objetivo, com a mesma finalidade.

Então, assim, não tem sentido a Assembleia, mais uma vez, cometer o mesmo erro que cometeu em 2022, aprovando essa lei. Nós utilizamos todos os recursos regimentais que nos cabiam para poder evitar a aprovação desse projeto de lei.

E faço aqui esse último apelo para que rejeitemos essa proposta, não é esse o caminho para assegurar sustentabilidade para qualquer atividade econômica no Estado de Mato Grosso, porque a sustentabilidade econômica pressupõe sustentabilidade ambiental, porque uma coisa não caminha sem a outra.

Olha o que está acontecendo este ano com a safra da soja, com a possível quebra... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...olha o que está acontecendo com a provável quebra na safra de soja em Mato Grosso, isso é o destino, isso é o que, infelizmente, está acontecendo.

Ou se acorda para isso ou as atividades econômicas de Mato Grosso estarão inviabilizadas num futuro não muito distante, porque não haverá água se nós mantivermos esse caminho de desequilíbrio no ciclo das águas, das chuvas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

Se prosseguimos desmatando o Cerrado, desmatando a floresta, comprometendo as nascentes dos rios, devastando o Pantanal mato-grossense, não haverá atividade econômica que se sustente no Estado de Mato Grosso.

E precisamos acordar para isso, rejeitar esse projeto é assegurar as condições de sustentabilidade econômica e ambiental para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Colegas Deputados, principalmente os mais jovens cronologicamente, que viverão muito mais tempo e que verão em Mato Grosso o que nós, na terceira idade, não teremos oportunidade, atividade mineral em Mato Grosso pode dar aos nossos filhos, aos nossos netos, muito mais emprego e dividendos do que qualquer atividade econômica já deu.

Mato Grosso é muito rico no seu subsolo, nós não temos ainda uma noção precisa da riqueza do subsolo mato-grossense, essa é uma atividade que vem sendo deixada de lado pelos órgãos públicos em Mato Grosso.

A Metamat, e tenho toda admiração por sua diretoria, infelizmente, não tem sido vista nos últimos governos de Mato Grosso, uma empresa que... Às vezes, os funcionários não me entendem, acham que estou trabalhando para destruí-la.

Pelo contrário, defendo a manutenção, a existência da Metamat, mas que o Governo possa dar condições, Deputado Cláudio, para que a Metamat desempenhe as suas funções, infelizmente os últimos governos não fizeram isso com a Metamat.

Realizamos aqui uma CPI para apurar a sonegação na área da mineração em Mato Grosso, Deputado Dr. João. Esse é um setor em que a sonegação corre solta, é um setor que menos paga impostos no Brasil, apenas 1% de IOF e 1,5% de CFEM. É um setor que, por alguns maus mineradores, tem sido usado para lavar dinheiro do narcotráfico e da política suja. É fácil lavar dinheiro no setor mineral em Mato Grosso.

Secretaria de Serviços Legislativos  
E esse projeto, a que nós resistimos ao máximo, nós não daremos a palavra final sobre ele, essa matéria vai ser decidida pelo Poder Judiciário. Esta votação aqui, com certeza majoritária, vai aprovar a matéria com meu voto contrário, será questionada judicialmente. É o Poder Judiciário que decidirá sobre isso.

E deixo aqui duas observações sobre essa matéria: a primeira, Deputado Lúdio, quem legisla sobre subsolo não é estados e municípios, quem legisla sobre subsolo é a União, a União é a proprietária do subsolo, mesmo o proprietário da fazenda, do sítio, da estância, não é dele o subsolo, o subsolo é da União... Só mais um minuto, Presidente.

E, segundo, se todos, hipoteticamente, resolverem fazer o realocamento das suas áreas de reserva legal, não haverá área em Mato Grosso, não tem área em Mato Grosso, por maior que seja Mato Grosso, com 903 mil quilômetros quadrados...

Deputado Paulo, se todos resolverem fazer a realocação da reserva legal, porque tem que realocar uma área igual acrescida de 10%, não haverá território em Mato Grosso para atender a todos esses realocamentos.

E dar a Sema, que tem mais de 30, 40 funcionários afastados, uma série de denúncias de corrupção na Sema, essa autonomia para ela, sob os seus critérios, fazer a realocação de reserva legal em Mato Grosso, é algo muito temerário.

Votaremos contrário à aprovação da matéria.

O Sr. Valdir Barranco – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, Deputado Barranco.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O SR. VALDIR BARRANCO – Quero aproveitar e saudar aqui o professor Carlos Caetano, grande defensor da educação do Estado de Mato Grosso, representante da população preta deste Estado.

Venho aqui para sublinhar as falas dos nossos dois colegas, sinto-me absolutamente contemplado pelas falas do Lúdio e do professor Wilson Santos. O que tenho visto é um completo desrespeito com a humanidade e, sobretudo, também um projeto de irresponsabilidade do Governo do Estado, assistindo a tudo a que nós estamos assistindo.

Este ano foi um ano exemplar, em Mato Grosso começou a chover agora e as chuvas serão parcas, os cientistas estão apontando, nós estamos não só com perda na soja, Lúdio, mas também no gado, os agricultores familiares estão desesperados, porque eles não conseguem fazer silagem, para os grandes, que confinam, é mais tranquilo, mas os pequenos estão vendo o gado morrer por falta de chuva e isso é um reflexo.

Estava falando agora para o Lúdio do documentário do jornalista Ernesto Paglia, que está na *Globo Play*, 3x *Ártico: o alerta do gelo*, ele foi a Groenlândia em 1995 para fazer um documentário, voltou em 2007 e voltou agora, é um absurdo o derretimento do ártico onde eles chegaram em 95 para fazer a primeira parada, agora foi a última parada, porque o restante para lá já derreteu tudo.

Então, o mundo, a ciência está nos alertando e aqui, no Estado de Mato Grosso, que é um estado que deveria ter compromisso com isso... Nós não somos contra o garimpo, nós não somos contra a mineração, aliás, nós temos muito que aproveitar aqui da mineração, porque o Estado de Mato Grosso ainda tem todo o seu minério aqui praticamente para extrair.

Mas nós somos contra a irresponsabilidade e a mentira, quem está dizendo para vocês que esse projeto vai avançar está mentindo para vocês, um projeto que já foi aprovado aqui, já caiu na Justiça, vai cair de novo, porque esta Casa não tem competência para aprovar essa matéria, ela é de competência da União, portanto do Congresso Nacional.

Então, além da irresponsabilidade com o meio ambiente, com as atuais gerações e com as futuras gerações, é um projeto também de mentira para aqueles que vêm aqui sempre acreditando que vai votar um projeto que vai fazer compensação de reserva legal, de repente, até a Lua.

E isso não vai prosperar, porque o Poder Judiciário não permitirá, inclusive, com a participação do MPF e do Ministério Público do Estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, Deputado Max Russi.

O SR. MAX RUSSI – Obrigado, Presidente.

Como é bom o Parlamento, né, o Parlamento é isso, é discussão de ideias e aqui quero parabenizar os três Deputados que me antecederam, uma defesa importante, mas acho esse projeto bastante importante por vários pontos.

A realocação de área com 10% a mais vai ser um ganho, falarmos da mineração acho que é bacana, é um setor que emprega bastante, é um setor que gera renda. Ontem, inclusive, li em uma matéria que o município que mais cresceu nesse último Censo do IBGE foi um município fruto da mineração.

É lógico que tem que agregar após a saída da mineração e vemos países como Canadá e outros países onde a mineração agrega muito, as cidades mais desenvolvidas são cidades da mineração, um pouco diferente da realidade que nós temos em Mato Grosso, e nós precisamos, sim, fazer esse debate, fazer essa discussão.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Mas fora isso, também ganhamos com outros projetos em outras vertentes. Por exemplo, um cascalho, muitas vezes você tem dificuldade para tirar um cascalho para construir uma estrada, esse projeto vai dar condição também de você resolver esse problema.

A área preservada dentro do mesmo bioma não precisa ser aquela melhor área onde vai ter um... Pode ser fruto de uma exploração desde que se preserve e que se amplie essa preservação.

E nós temos que confiar na nossa Secretaria. É lógico que existem bastante falhas, denúncias, uma infinidade de colocações nesse sentido e a Assembleia tem a sua responsabilidade, por meio das suas comissões, de acompanhar, de fiscalizar.

Mas acho, Presidente, como já foi debatida em audiência pública aqui, já foi trazida essa proposta em outro momento, como aqui já foi falado, e agora o governador, o Governo do Estado manda essa proposta, tenho certeza de que conseguimos com esse projeto de lei, preservando, conservando.... Porque nós precisamos segurar esse grande ativo.

E, há pouco, falei da questão do sequestro de carbono, nós precisamos, sim, avançar e esse é um projeto com que conseguimos avançar, dar condição de nós explorarmos as melhores áreas, as que têm mais condição, sem agredir o meio ambiente.

Acho que essa é a proposta defendida por todos os Deputados e é por isso que acredito muito na aprovação desse projeto, porque vai ser importante para o setor da mineração, mas também para os outros setores, para agricultura, podemos falar de calcário, porque mineração não é só ouro e diamante, mineração é muito além disso...

O Sr. Wilson Santos – Permite um aparte, Excelência.

O SR. MAX RUSSI – ...esse microfone em que nós estamos falando, inclusive, só um minutinho, tem produto de mineração, o nosso celular tem produto da mineração, então nós vivemos o nosso dia a dia dependendo e precisando, sim, do minerador, precisando da mineração, até para a nossa sobrevivência. (APLAUSOS)

Secretaria de Serviços Legislativos Pois não, Deputado Wilson.

O Sr. Wilson Santos – Obrigado, Excelência.

Excelência, nenhum dos 24 Parlamentares aqui é contra a mineração, todos nós somos a favor, todos nós reconhecemos a utilidade da mineração para a agricultura, para o comércio, para a indústria.

Não é essa a questão, e outro detalhe: nem todos os municípios que passaram pela mineração estão vivendo um bom momento, *vide* Alto Paraguai, Poxoréo e por aí fora. Em municípios que sustentaram economicamente Mato Grosso outrora, hoje, o número de empregados com carteira assinado é menor do que o número de famílias que tem Bolsa Família.

São municípios que vivem hoje de repasses do Estado e da União, municípios a que até hoje nós não conseguimos dar um futuro. Alto Paraguai vive da minhoca, da extração de minhoca, mais de 150 famílias de Alto Paraguai vivem da extração da minhoca.

Poxoréo, que outrora tinha voo direto Poxoréo-Rio de Janeiro, Torixoréu, Alto Garças são cidades falidas, que passaram pelo ciclo da mineração.

Então, ninguém é contra, nós somos contra... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado, mais um minuto.

O SR. MAX RUSSI – Vai dar para o Wilson, mais um ou não? O meu tempo se foi, preciso do meu tempo restabelecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para o senhor.

O SR. MAX RUSSI – Wilson então...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O Sr. Wilson Santos – Ok, agradeço o aparte, Vossa Excelência sempre é democrata, quero deixar esse registro aqui: gosto sempre de fazer apartes, que é uma coisa que, depois da pandemia, acabou aqui, mas é importante fazer o aparte, o contraponto.

E deixar claro: ninguém aqui é contra a mineração, jamais, todos nós somos a favor, agora só achamos que... Nessa questão pontual, nós não aceitamos que a Sema assuma a autonomia para fazer a realocação de reserva legal.

Só isso.

O SR. MAX RUSSI – Obrigado, Deputado Wilson, pelo aparte, pelo complemento nessa discussão importantíssima.

Mas como falei, né, tudo é fruto da mineração, o Wilson até usou o termo minhoca. E, Deputado Wilson, este é um papel que a Assembleia Legislativa tem que fazer: um trabalho nesses municípios que precisam de desenvolvimento, que precisam de planos de governo, de projetos de governo, para levar emprego, levar renda, melhorar a qualidade de vida, segurar o fruto da mineração em desenvolvimento nessas cidades.

E a mineração tem ajudado alguns municípios muito, vimos esses dias que houve esse problema na compra, principalmente, do minério de ouro, o desemprego começando, empresa demitindo, dificuldade de vários empresários do setor.

Então, é um setor que precisa ser olhado, como todos os setores, este Parlamento tem a responsabilidade de olhar e esse projeto contará com o meu apoio.

O Sr. Gilberto Cattani – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Senhor Presidente, só lembrando também que as minhocas também ocupam o subsolo, né?  
(MANIFESTAÇÃO NAS GALERIAS.)

O SR. GILBERTO CATTANI – Fui procurado um pouco tempo atrás pelo setor de olaria, as cerâmicas também dependem desse projeto, assim como os mineradores de uma forma geral, as prefeituras dependem desse projeto.

Aqui, foi citada a pequena agricultura, que não consegue fazer silagem, aqui foi citado a destruição do planeta Terra pela agricultura, em outras palavras, mas é isso que querem dizer e tudo isso... Isso, sim, é mentira, desde quando sou criança, escuto falar que a Amazônia em 20 anos ia virar um deserto, que as geleiras glaciais do mundo estavam se derretendo, que o mar ia subir 2, 3 metros, ia acabar com tudo.

E isso nunca aconteceu, sabe por quê? Porque nós temos um Código Florestal e nós temos uma agricultura altamente sustentável. O Código Florestal mais restrito do planeta Terra é o nosso.

Quando se fala sobre a legalidade de legislar sobre a mineração... Nós não estamos legislando nesse projeto sobre mineração, nós estamos legislando sobre as áreas de preservação que estão nas áreas que estão sendo mineradas, nós estamos fazendo aquilo que nós temos competência para fazer.

Nós estamos permitindo que a pessoa reponha com 10% a mais a sua área de reserva e quando o Código Florestal, que falo que é o mais restrito, permite que você adquira essa área no Estado do Mato Grosso... Como foi pedido aqui para mostrar onde é que tinha área para repor, tem no Estado de Mato Grosso, pode ser permitido em qualquer estado que tem o mesmo bioma, ou seja, em toda a Amazônia, pode ser no Pará, pode ser em Rondônia, pode ser em qualquer lugar onde tenha o mesmo bioma.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Então, a pessoa pode, sim, comprar e repor, por isso nós estamos aqui para defender o projeto e dizer que ele beneficia a todos, principalmente aos pequenos e àqueles pequenos agricultores que precisam de uma estrada, e não há cascalho para poder fazer.

Então, quero aqui dizer que nós somos favoráveis ao projeto, senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Obrigado, Presidente.

Bom, esse projeto já foi amplamente discutido aqui nesta Casa, vou fazer um histórico aqui só para lembrar.

Inicialmente, esse projeto foi de minha autoria, por isso o Deputado Lúdio comentou, ou melhor, o Deputado Barranco comentou sobre o pedido de Adin feito pelo Ministério Público, nós discutimos aqui há 2,5 anos esse projeto, ele ficou 1,5 ano sem dispensa de pauta, sem urgência urgentíssima, sem nada.

Nós discutimos na Casa, nós o aprovamos por ampla maioria e esse projeto foi para o governador, o governador sancionou e depois o Ministério Público entrou com uma Adin. O Tribunal de Justiça, depois de muita discussão, suspendeu e marcou uma audiência pública. Pela primeira vez na história, o Poder Judiciário marca uma audiência pública para tratar de um assunto como esse ou para qualquer assunto.

Essa audiência pública nunca se realizou, porque nesse momento o Governo do Estado, por meio da Sema, abriu uma discussão com o Ministério Público e começou a discutir o projeto, hoje o 64, com o Ministério Público.

Essa discussão demorou quase 1 ano, foram idas e vindas, reuniões e mais reuniões e saiu uma proposta de se fazer 3 alterações ao projeto. Estas 3 alterações foram feitas. E aí, o Governo fez o encaminhamento de novo do projeto de minha autoria, que virou o 64, com as 3 alterações.

Entre elas, uma das alterações é que, na área que fosse utilizada para ouro de recolocação, nessa área não poderia ser usado mercúrio, essa é uma das alterações. A segunda alteração é falar que tem que ser no mesmo bioma dentro do Estado de Mato Grosso e a terceira alteração é que esse projeto não pode ser utilizado em parques estaduais, nem nacionais, nem outras áreas já de preservação.

E a partir daí, foi encaminhado para cá, foi discutido aqui nas comissões, foram apresentados três, quatro substitutivos, esses substitutivos foram rejeitados. Na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado, ex-governador, Júlio Campos marcou uma audiência e liderou na Presidência essa audiência.

O Estado foi representado aqui por vários setores, a AMM se pronunciou aqui com vários prefeitos e o atual presidente disse da importância dele para a questão do cascalho, da recuperação das estradas.

A questão do calcário é fundamental e, lógico, o que mais pega perante todos os depoimentos aqui é a questão do ouro, da questão do ouro já dei a posição aqui.

Portanto, esse projeto foi aprovado, em 1ª, com 17 ou 18 votos e agora está indo para a 2ª votação. Não há inconstitucionalidade, já vieram aqui, já fizeram num depoimento na comissão de... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. CARLOS AVALLONE – ...na Comissão de Meio Ambiente, já estive aqui a ex-deputada Sheila, ela falou não só da questão da mineração, mas falou sobre a questão da constitucionalidade.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Na audiência pública aqui, dois, três advogados falaram sobre a constitucionalidade, nós não estamos legislando sobre mineração, não adianta falar, repetir, tentar incluir “ah, é sobre mineração”, não é, nós estamos legislando sobre área de reserva legal, que é de competência do Estado, que é de competência desta Assembleia.

Por isso que ela é constitucional, ela não tem problema e ela é um ganho ambiental, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente e garanto para vocês que, se eu entendesse que haveria qualquer risco para a questão ambiental, seria o primeiro a ser contra.

Ela não precariza o meio ambiente; pelo contrário, ela vai aumentar a área de preservação do Estado, porque aumenta em 10% essas áreas.

Então, feitos esses esclarecimentos, queria pedir aos Deputados que continuassem votando como votaram na primeira vez, pela aprovação do projeto, porque será muito importante para o Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrada a discussão...

O Sr. Wilson Santos – Para encaminhar, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...encerrada a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 64/2023.

Os pareceres são favoráveis da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando a Emenda nº 5, restando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, bem como os Substitutivos Integrais nºs 1 e 2.

Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Peço para o Deputado Wilson Santos para fazer encaminhamento.

O Sr. Lúdio Cabral – Senhor Presidente... Você vai encaminhar, Wilson?

O SR. WILSON SANTOS – Também.

O Sr. Lúdio Cabral – E só pela Ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, vou colocar dois a favor e dois contra para falar.

Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – Não, não vou encaminhar, é pela Ordem, é uma questão bem rápida aqui.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim.

O SR. LÚDIO CABRAL – É que a população toda nos acompanha aqui pela TV Assembleia, embora não seja engenheiro agrônomo, mas acho que é importante Cattani fazer uma correção na sua fala, minhoca é no solo, não é no subsolo.

Só esse pequeno detalhe aí.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para encaminhar, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, é um assunto que foi bastante debatido aqui, não há dúvida, realizamos a audiência pública neste plenário, uma audiência importante, todos os segmentos foram convidados, trouxeram as suas opiniões.

E aquilo que o Deputado Lúdio colocou, vou repetir, essa matéria já foi observada, examinada pelo Poder Judiciário, o Ministério Público já se manifestou em relação a isso, então nós estamos votando aqui uma matéria que, provavelmente, será novamente questionada no Judiciário e tende a ser mais uma vez eliminada.

O que estamos fazendo aqui... Na verdade, não é a nossa posição, minha, do Valdir aqui, do Lúdio, contra a mineração; pelo contrário, nós somos a favor, gera emprego, paga impostos,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

apesar de que paga bem pouquinho imposto, só o IOF e o CFEM, só 2,5%, é o setor da economia nacional que menos paga imposto deste País.

Fizemos uma CPI aqui e, dessa CPI, governador Júlio Campos, o governador Mauro Mendes está recebendo todo ano mais de 100 milhões por ano, a CPI indicou a criação de uma taxa da mineração e os mineradores estão pagando, então a Assembleia tem feito um trabalho para ajudar o Estado.

O Estado, hoje, vem arrecadando algo em torno de 100 milhões a 120 milhões novos, é dinheiro novo. Depois que o governador Dante de Oliveira criou o Fethab, nunca mais foi criada nova fonte de arrecadação no Estado.

Essa taxa de fiscalização, de acompanhamento que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso criou, Deputado Juca, Paulo Araújo, que está pondo no Estado mais de 100 milhões por ano, foi fruto do trabalho dos Deputados, em especial daquela CPI que tive o privilégio e a honra, apoiado por todos vocês, de presidir.

E digo mais, a área da mineração é uma área riquíssima em Mato Grosso, tem que ser tratada com mais carinho, não sei se o Estado poderia criar uma Secretaria de Estado de Mineração, é uma área muito importante, estratégica para Mato Grosso.

Recentemente, foi anunciada uma jazida de mármore aqui próximo a Cáceres, temos notícias de uma jazida de ferro em Juína do mesmo porte de Carajás, no Pará, nós temos lítio, nós temos gás, nós temos bauxita, cassiterita, ouro, níquel, alumínio, cobre. O Estado precisa ter uma política clara da mineração, clara.

Esse assunto para nós está encerrado no Parlamento, nós fizemos a nossa manifestação, respeitamos o voto... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para encerrar, Deputado.

Deputada Janaina Riva para fazer encaminhamento.

A SRª JANAINA RIVA – Só para encaminhar, Presidente.

Pedir aos colegas Deputados... Deputado Dr. João recebeu muitos pedidos de Peixoto, Deputado Juca do Guaraná de Poconé e outras tantas regiões do Estado, Livramento, Aripuanã, que têm ligado, encaminhando, então, aqui junto ao MDB, Deputado Thiago Silva, o voto favorável ao projeto.

Obrigada, Presidente. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Para encaminhar, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada.

Primeiro, dá os parabéns à Assembleia Legislativa pela discussão, que é democrática, a discussão sobre uma alteração legislativa ambiental, que não tem nada a ver com alteração mineral.

Nós estamos alterando, salve engano, a 235 de 95, que é o Código Florestal, nós estamos acrescentando um artigo a ele, com a possibilidade de realocação de mais 10% em área, que o Deputado Max falou brilhantemente aqui, mais 10%.

Nós não estamos falando que tem o subsolo, que tem concessão, não tem concessão, exploração, nós estamos falando da possibilidade de o setor mineral ter essa condição de fazer uma exploração, aprovada pela Secretaria de Meio Ambiente, nos mesmos procedimentos que hoje estão sendo executados, e de realocação na mesma área ou em outra área, desde que seja no mesmo bioma dentro do Estado de Mato Grosso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

Então, venho aqui na tribuna falar que não tem... Deputado Sebastião Rezende, Vossa Excelência e o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça analisaram a mensagem tecnicamente, juridicamente, não tem nada de inconstitucionalidade.

Teve o parecer, e aprovação também, e trabalho junto com o Ministério Público Estadual, são 3 pequenos artigos, um que altera a realocação de mais 10%, outro que só altera e suprime dois parágrafos da 235, lá de 95, e passa a vigorar essa lei na data da sua publicação.

É só essa a leitura. Não está falando de minério, não está falando que está alterando, que vai usar subsolo, não subsolo, é tão simplesmente no Código Florestal mato-grossense.

Então, senhor Presidente, só para falar que, conversei com a maioria dos senhores Deputados, a orientação é para aprovar o projeto, votando SIM à mensagem, que está aí, a mensagem do Governo desse PLC nº 64.

Obrigado, Presidente. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Bom, esse projeto chegou aqui há muito tempo, acho que foi no mês de agosto, chegou... No dia que veio para votar, era em caráter de urgência, nós tiramos a urgência, demos oportunidade para todos os Deputados debater, discutir, fazer audiência pública, todos já têm uma opinião formada, não tem mais o que discutir em cima disso.

Vamos para a votação.

Deputado Max, por favor, colete os votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota o Deputado Beto Dois a Um? SIM. Como vota Carlos Avallone? Como vota Dilmar Dal Bosco? Como vota Júlio Campos? SIM. Como vota Paulo Araújo? SIM. Como vota Sebastião Rezende? SIM. Como vota Janaina Riva? Como vota Dr. João? Está forte, hein, João?

Como vota Juca do Guaraná? SIM. Como vota Thiago Silva?

O SR. THIAGO SILVA – SIM, senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Como vota Diego Guimarães? Como vota Lúdio Cabral? NÃO.

Diego Guimarães vota SIM e Thiago Silva vota SIM.

Como vota o Deputado Nininho? SIM. Como vota Valdir Barranco? NÃO. Como vota Wilson Santos? NÃO. Como vota Cláudio Ferreira? SIM. Como vota Elizeu Nascimento? SIM. Como vota Faissal Calil? Como vota Gilberto Cattani? SIM.

Faissal, SIM. Como vota Dr. Eugênio?

O SR. DR. EUGÊNIO – SIM, SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (MAX RUSSI) – Dr. Eugênio vota SIM e Max Russi vota SIM.

Como vota Fábio Tardin? Como vota Valmir Moretto?

Vamos à segunda chamada. Deputado Valmir Moretto? SIM. Como vota Fábio Tardin? Ausente.

Presidente, 19 votos SIM, 3 NÃO e uma ausência. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Com 19 votos SIM, está aprovado. Vai à redação final.

O Sr. Gilberto Cattani – Senhor Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim, Deputado.

O SR. GILBERTO CATTANI – Senhor Presidente, só gostaria de explicar um acontecido, o requerimento que nós fizemos antes, e eu retirei o requerimento, era sobre a lei da

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

moratória da soja e nós temos um outro projeto de lei que fala sobre a importação do leite, que também trata de incentivos fiscais.

Quando nós tratamos da modificação da lei, ela trata de incentivos fiscais de uma forma geral e, quando nós olhamos para o requerimento, o secretário leu como a lei do Prodeic, foi assim que a lei foi conhecida.

Então, como tratava de incentivos fiscais, eu achei que estava falando da lei que nós temos também referente à questão dos produtos lácteos que estão sendo importados, por isso houve essa confusão.

Mas serviu muito bem o requerimento para que pudéssemos chegar a um acordo aqui com o Líder do Governo, Dilmar; para que falássemos também com o Presidente da Comissão, que é o Avallone, e colocasse em andamento o mais rápido possível essa lei, para que seja feita justiça no Estado de Mato Grosso com a questão da moratória da soja e, por que não, com a questão dos leiteiros.

Então, só para esclarecer isso, porque falei aqui que a minha equipe tinha se equivocado quanto à lei, não estava equivocada, era exatamente a lei, só que uma mesma lei trata dos dois assuntos, Max, então vai...

(O SR. GILBERTO CATTANI É QUESTIONADO PELO PLENÁRIO.)

O SR. GILBERTO CATTANI – ...não, mas combinei com o Dilmar que não precisa mais fazer o requerimento, porque o Avallone também se propôs a dar andamento o mais rápido possível dentro do regulamento.

Obrigado, senhor Presidente.

O Sr. Valdir Barranco – Pela Ordem, senhor Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim, Deputado Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Presidente, é só para trazer aqui uma preocupação. Na fala do Deputado Dilmar, ele disse que o Ministério Público teve participação na construção do PLC nº 64, e eu acho isso muito complicado, comprometedor para o Ministério Público.

Inclusive, vou buscar uma audiência com o procurador-geral de Justiça para tentar entender isso, o Ministério Público não pode participar de algo que depois ele terá obrigação de buscar a inconstitucionalidade junto à Justiça.

Primeiro, não acredito que isso aconteceu e, se isso aconteceu, é algo gravíssimo. O Ministério Público não pode ter tido essa participação na formulação dessa lei. Então, fica aqui já para que o doutor Deosdete, que é procurador-geral de Justiça, possa se pronunciar se o Ministério Público teve a participação.

Sob pena de que, se houve a participação, isso o torna de maneira parcial, vai ter parcialidade, vai ter dificuldade na hora de propor alguma ação ou de fazer alguma manifestação de ações que sejam propostas por outras instituições.

Então, é muito grave isso, espero que não tenha acontecido.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Deputado Barranco, não é... O fato não é da forma como o senhor colocou; dessa forma, o senhor tem razão...

(O SR. VALDIR BARRANCO DIALOGA COM O SR. CARLOS AVALLONE.)

O SR. CARLOS AVALLONE – ...não, não, da forma... Eu sei, eu entendi, vou explicar.

O Ministério Público podia falar porque ele já entrou com Adin, ele entrou com Adin, a Adin foi suspensa no Tribunal, ela estava em discussão e ele discutiu o projeto e desta discussão é que saiu o entendimento, por isso que foi um projeto discutido.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerrada a discussão desse assunto, então.

Vamos ao Projeto de Lei nº 2.236 (PROJETO DE LEI Nº 2.236/2023, MENSAGEM Nº 139/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que estima e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2024.

Pedido de vista do Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Valdir Barranco, Deputado Lúdio Cabral.

Quero fazer um compromisso com vocês de conceder a vista de 4 dias para nós fazermos a Sessão na quinta-feira, ok, entendido, combinado.

Pela Ordem, Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, quero aproveitar... Já fiz um pronunciamento aqui das minhas preocupações em relação à questão da Lei Orçamentária Anual, mas quero agora entrar em outro tema, um tema que está um pouco esquecido e que nós precisamos retomar, que é o tema da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Nós aprovamos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias em que o Governo encaminhou uma previsão de uma RGA de 5,85%. Nós entendemos que esse índice tem que ser maior, apresentamos emenda no debate da LDO para que, além dos 5,85%, nós corrigíssemos as perdas acumuladas, que estão na casa dos 20%. Apresentamos, inclusive, uma fórmula para isso, mas as nossas emendas foram rejeitadas.

Nós já estamos em janeiro e o Governo não fala na RGA mais. A Lei Orçamentária Anual não detalha RGA, porque os valores para a despesa com pessoal estão em um bloco, o que detalha é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O governador tem que encaminhar esta semana para a Assembleia Legislativa o projeto de lei que estabelece o índice da RGA e o zum-zum-zum que nós estamos ouvindo é que ele está esperando a divulgação do índice oficial de inflação esta semana, que será de quatro ponto alguma coisa, para encaminhar um projeto de lei com esse índice.

E aí, já quero aqui questionar isso, porque nós temos uma previsão de 5,85% na LDO e o governador tem que, no mínimo, no mínimo, honrar aquilo que ele escreveu e assinou, que foi a LDO com a RGA de 5,85%.

Ora, se o índice inflacionário de 12 meses foi menor, que bom! Mas a RGA tem que honrar o que está previsto na LDO, que são 5,85%, e nós aqui em plenário temos que ainda fazer o debate de incorporar a esse índice um percentual a mais para começar a recompor as perdas de 2019... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Um minuto para o Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...então nós ainda temos que aqui, na Assembleia, debater, além dos 5,85%, a recomposição de parte dos 20% de perda acumulada nos últimos 4 anos, 5 anos. E nós vamos reapresentar as emendas com a fórmula para isso.

Agora, o governador tem que encaminhar o projeto de lei, o projeto de lei tem que estar aqui na Assembleia antes da Sessão de quinta-feira, para que, no mês de janeiro, já haja o pagamento da remuneração com a RGA de, no mínimo, 5,85%.

O governador não pode voltar atrás na palavra dele, assinada, encaminhada na LDO, que a Assembleia votou, e nós vamos debater mais, porque precisamos de mais do que 5,85%.

O Sr. Paulo Araújo – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Paulo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Para discutir também.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pode falar, Paulo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O SR. PAULO ARAÚJO – Presidente, nobres Deputados, reforçando aqui a fala do Deputado Lúdio Cabral, inclusive era uma pauta que gostaria aqui de estar negociando com o Líder do Governo, cadê o Deputado Dilmar? Deputado Dilmar, Deputado Beto e Presidente Botelho.

A LOA, como o Deputado Lúdio disse, prevê um percentual de 5,86%, pelas projeções do IPCA de 2023...

(O PLENÁRIO DIALOGA COM O SR. PAULO ARAÚJO.)

O SR. PAULO ARAÚJO – ...desculpa, não, sim, pera aí, não... Assim, nós temos 5,86%, que é o percentual que foi colocado pelo próprio Governo do Estado de Mato Grosso. Acontece que, pelas projeções, nós teremos um índice próximo de 4,50%.

O que nós gostaríamos de propor, Líder, Vice-Líder, Deputados e Presidente Botelho, é que nós possamos negociar diretamente com o Governo do Estado, com o governador, que o valor destinado à RGA não seja menor do que o valor do percentual que já está previsto pelo próprio Governo.

Porque nós temos perdas inflacionárias, então nós estamos propondo aqui... Não é brigar aqui no Plenário, porque todas às vezes que nós trouxemos, governador Júlio, essa briga para o plenário... Nós perdemos em todas as brigas que nós tivemos aqui, então a proposta, Líder Dilmar e Presidente Botelho, é que nós possamos negociar isso com o Governo.

Qual que é o impacto que vai ter se o impacto foi previsto pelo próprio Governo, que nós possamos negociar de forma tranquila, de forma democrática, convencer o Governo do Estado de Mato Grosso e o governador, e o momento é bom para também termos uma parceria com os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, que possamos construir isso de forma tranquila, sem stress, sem briga.

Eu acho que o momento é bom, Dilmar, de nós convenceremos o governador, eu acho que a base do Governo aqui na Assembleia tem condições de estar liderando esse processo de convencimento junto ao governador.

Acredito que não vai ter movimento contrário do próprio governador no sentido de garantir o mínimo que já está previsto na LDO e na LOA.

Vamos fazer isso, vamos marcar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada Janaina, todos aqueles que nos acompanham na TV e Rádio Assembleia.

Senhor Presidente, venho aqui compartilhar a mensagem do Deputado, também servidor público, Paulo Araújo em relação a essa questão da RGA a ser implantada no ano de 2024.

Creio que manter pelo menos o percentual que veio na LDO seja de grande valia para o próprio Governo e para, principalmente, os servidores públicos, até porque essa previsão possivelmente já está calculada na LOA, só que, como o índice é medido e é divulgado no dia 10 de janeiro, acabamos com que o projeto da RGA chegue a esta Casa no dia 11, já em cima do momento de fazermos a votação.

E gostaríamos que o Governo do Estado de Mato Grosso fosse sensível a essa nossa solicitação. Ao Deputado Dilmar, Deputado Beto, que nós possamos buscar essa agenda junto com o Governo do Estado ou o representante que aí esteja, para que nós possamos tratar desse assunto e que nós possamos, Presidente Botelho, ter neste ano de 2024 o mantimento daquilo que foi divulgado no ano de 2023, que seria esse percentual aproximado de 5,86% de reposição geral anual.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Diferente de outros anos, em que nós tivemos uma projeção na LDO a qual aprovamos e, quando fora divulgado lá o índice no mês de janeiro seguinte, foi reduzido esse percentual.

Isso já aconteceu lá atrás quando foi divulgado 7% e acabou nós aprovando nesta Casa abaixo daquilo que era a expectativa dos servidores públicos, que tanto produz e carrega este Estado com tanto trabalho e dedicação.

Portanto, senhor Presidente, ao nosso Líder do Governo, Deputado Dilmar, vamos buscar esse consenso, que essa porcentagem da RGA seja mantida, 5,86% aqui no ano de 2024.

Obrigado.

O Sr. Júlio Campos – Para discutir, senhor Presidente. Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Quero cumprimentar o Deputado Lúdio Cabral por ter levantado nesta Sessão o assunto, tão polêmico e tão necessário, sobre a RGA e cumprimentar o Deputado Paulo Araújo pela maneira sensata, equilibrada e de bom senso com que trouxe a tese da RGA para o servidor público de 2024.

Realmente, eu acho que estamos neste momento sensibilizando o Líder do Governo, Deputado Dilmar Dal Bosco; o Vice-Líder, Beto Dois a Um, bem como o Presidente da Casa, que é muito prestigiado lá no Paiaguás, para que juntos, em conjunto, a Assembleia faça um apelo ao senhor governador do Estado e à sua equipe para acatar a sugestão de, já que veio na LOA, 5,86% de reajuste para os nossos servidores.

E que já estava previsto no orçamento do Estado, que seja realmente mantida, mesmo que o IBGE forneça, na próxima quinta-feira, um índice menor, como está previsto, talvez, de 4,80%, 4,70% e essa diferença de 1%, ou um pouco menos de 1%, um pouco mais de 1%, não vai prejudicar o orçamento do Estado.

Acho que estava na hora de realmente dar um gesto de simpatia, um gesto de boa vontade para com os nossos abnegados servidores públicos estaduais.

Concordo que terá que ser uma luta de toda a Assembleia junto ao governador do Estado, junto ao secretário de Gestão, junto ao secretário de Fazenda, para entenderem que os 5,86% é um número bom, é um número agradável e é um número que não vai prejudicar a receita pública estadual e o orçamento de 2024.

Tem o meu apoio e a minha solidariedade.

O Sr. Sebastião Rezende – Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Júlio Campos, atendendo a todos os clamores e por também entender que é justa essa reivindicação, nós vamos criar uma comissão aqui, formada pelo Deputado Carlos Avallone, Deputada Janaina Riva, Deputado Paulo Araújo e Deputado Elizeu, para ir até a Casa Civil procurar negociar para que seja dado esse valor mínimo, uma vez que os servidores têm... Na verdade, 2019 e 2020, o Estado deve para os servidor mais de 20% de RGA, que deixou de pagar para esses servidores.

Então, vamos lutar para que seja colocado esse mínimo para os servidores.

Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Senhor Presidente, nós estamos pedindo pela Ordem, até porque nós aprovamos nesta Casa um projeto de lei, que virou lei, em que qualquer alteração do traçado da empresa Rumo, da Ferronorte, da ferrovia tem que, obrigatoriamente, passar pela Assembleia Legislativa.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Infelizmente, a Rumo fez uma alteração do traçado e que passa hoje em bairros no município de Rondonópolis ou próximo de bairros. Uma alteração absurda, que traz um impacto social sem precedente para a população rondonopolitana.

E sem passar pela Assembleia Legislativa. Nós votamos nesta Casa, até porque a Rumo fez essa tratativa, apresentou os projetos na Secretaria de Meio Ambiente, nós entendemos que a responsabilidade de aprovar a questão ambiental é da Sema.

Mas, primeiro, precisa passar pela Assembleia Legislativa. Infelizmente, não passou, então nós apresentamos um projeto de decreto legislativo sustando os efeitos da licença ambiental da Sema.

E a única coisa que nós solicitamos, Deputado Botelho, é que Vossa Excelência assine o decreto e o publique, nós vamos estar juntos com Vossa Excelência, Vossa Excelência vai fazer isso e publicar para que o projeto venha para a Assembleia Legislativa.

E a Rumo venha discutir esse novo traçado aqui nesta Casa, respeitando a população mato-grossense. Isso que nós queremos, todos queremos o desenvolvimento do Estado, queremos que a ferrovia avance, mas sem prejudicar, sem trazer transtorno para a nossa população.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Nininho.

O SR. NININHO – Pela Ordem, senhor Presidente.

Botelho, aqui é reforçar a fala do meu colega Deputado Sebastião, Deputado Cláudio também vai fazer uso da fala e o Thiago.

Esse pedido, Botelho, em nome da bancada de Rondonópolis, é para que se faça justiça com relação a essa alteração do traçado. É natural que, senador, governador Júlio Campos, quando chega o progresso, a ferrovia se instale, a cidade cresça e se aproxime dos trilhos da ferrovia. Agora, é um absurdo o trilho nascer dentro da cidade.

O que eles fizeram lá é trazer o traçado a 40 metros da área urbana, das casas habitadas pelo cidadão, impedindo um monte de desenvolvimento naquela microrregião, loteamentos que já estavam em projeto, em andamento, em parcerias, foram todas suspensas, Sebastião, empresa de Goiânia que vinha para se instalar ali no loteamento da Rosa Bororo... E tudo impedido, parou hoje em função desse traçado, Botelho.

Então, gostaria, Botelho, que após a Sessão nós, da bancada de Rondonópolis, está aqui o Deputado Sebastião, Cláudio, o Deputado Thiago está online conosco... Para assinarmos, promulgarmos esse decreto legislativo para que seja encontrado e dado uma solução justa.

Ninguém quer impedir o andamento da ferrovia, mas tem que ser justo, não pode ir lá... Foi eu quem convoquei, fui em busca do prefeito para que recebesse a diretoria da Rumo para assinar o uso do solo, porque o prefeito não queria autorizar o uso do solo para não sair a ferrovia.

Falei: não, nós não temos direito de impedir o progresso, tem que andar, Zé. Aí, fomos lá, recebeu, apresentou um pré-projeto, agora vem com projeto executivo passando dentro da área urbana, a 40 metros dos loteamentos, das casas. Isso é um absurdo.

Então, Botelho espero que nós possamos contar com sua compreensão.

O Sr. Wilson Santos – Permite-me um aparte, Deputado colega.

O SR. NININHO – Passo um aparte ao colega Deputado Wilson.

O Sr. Wilson Santos – O prefeito José do Pátio não queria a ferrovia em Rondonópolis?

O SR. NININHO – Ele não queria liberar o uso do solo para que desse a continuidade, ele estava segurando, e aí nós fomos, damos total apoio para que isso fosse feito, e aí ele assinou o uso do solo, mas assinou consciente que o traçado ia passar a 8 quilômetros, 10 quilômetros do traçado atual, em que estão querendo executar a obra.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Então, acho que nada mais justo que seja corrigido esse absurdo, e realmente esta Casa tem a prerrogativa de acompanhar as alterações de traçado dessa ferrovia.

O Sr. Wilson Santos – Presidente Botelho, quero pedir a Vossa Excelência, se for possível, incluir meu nome nessa comissão que vai à Casa Civil, Deputado Elizeu, Deputado Lúdio, gostaria de fazer... Porque quero entender um pouquinho.

Quando assumi a Prefeitura de Cuiabá, governador Júlio, Cuiabá tinha 3 salários atrasados, 3, não é 5%, 6% de RGA, não, 3 de 100%. Em 60 dias, paguei tudo, nunca mais atrasou.

Quero entender como é que o Governo, que está com salários em dia, dizem por aí que há 8 bilhões, 10 bilhões, 12 bilhões, 15 bilhões em caixa, não vai conceder um ganho real. Governo tem que dar o que? A inflação, que não passou de 4,5%, e mais um ganho real.

O servidor está aí a quanto tempo... O servidor já deu a sua cota de sacrifício quando não havia dinheiro em caixa, mas agora há. Não vejo por que não atender o servidor.

Se for possível, gostaria de integrar também essa nobre comissão, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA – Senhor Presidente, nobres colegas Deputados, Deputada Janaina.

Senhor Presidente, também quero aqui reforçar o pedido para que o Governo mantenha o percentual de ganho real na correção do salário dos nossos servidores. O Estado de Mato Grosso tem crescido nesses últimos anos além da inflação, então é justo que os nossos servidores públicos do Estado de Mato Grosso, que tem a correção defasada nesses últimos anos, possam ter um ganho real agora, no ano de 2024.

Então, fica aqui também o meu pedido ao Governo do Estado, à Casa Civil para que se mantenha esse percentual já definido de 5,85%, se não me engano.

Também, senhor Presidente, quero aqui fazer o pedido para que seja assinado o decreto legislativo que nós aprovamos ainda no ano passado para sustar a licença ambiental da mudança do traçado da ferrovia lá em Rondonópolis.

É uma falta de respeito por parte da empresa Rumo, uma falta de respeito com o cidadão rondonopolitano o que estão fazendo, sem ouvir a sociedade, sem ouvir os moradores, sem ouvir as lideranças do município de Rondonópolis.

Nós aprovamos, a bancada de Rondonópolis. Peço a Vossa Excelência que possa assinar, Vossa Excelência já manifestou o apoio à bancada de Rondonópolis e a todos os Deputados.

E que nós possamos sustar essa decisão por parte da Sema, do Estado de Mato Grosso, e para que se mantenha o traçado original, porque esse é um desejo nosso, é um desejo da bancada e um desejo da população da região Salmen e, em especial, do Bairro Maria Amélia, que agora a empresa quer passar praticamente dentro do bairro, a 40 metros do Bairro Maria Amélia. Isso não pode acontecer.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Thiago, estou marcando para quinta-feira na Presidência, os Deputados de Rondonópolis estejam presentes, que nós vamos promulgar esse decreto legislativo que foi feito pelo Plenário, aí vocês compareçam e nós faremos juntos.

Projeto de Lei nº 1.758/2023 (MENSAGEM Nº 126/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Concedo vista de 4 dias para o Deputado Valdir Barranco.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

Contas do Governo, Ofício nº 804/2023 (EM DISCUSSÃO ÚNICA), do Tribunal de Contas, que encaminha as contas anuais do Governo do Estado relativo ao exercício de 2022. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Concedo vista de 4 dias ao Deputado Valdir Barranco e Deputado Lúdio Cabral.

Projeto de Lei do Deputado Eduardo Botelho (PROJETO DE LEI Nº 13/2023), que acrescenta dispositivo à Lei nº 11.679, de 3 de março de 2022, que dispõe sobre o Projeto Olympus no âmbito do Estado de Mato Grosso, em redação final.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 1.604/2023, Mensagem nº 115/2023, que altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 9.291, de 23 de dezembro de 2009, em redação final. (EM REDAÇÃO FINAL, PROJETO DE LEI Nº 1.604/2023, MENSAGEM Nº 115/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.291, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009, Nº 9.818, DE 1º DE OUTUBRO DE 2012, E LEI Nº 11.104, DE 02 DE ABRIL DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Resolução nº 991/2023, da Mesa Diretora, que dispõe sobre o Programa Alimentar, em redação final.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei Complementar nº 36/2023, do Deputado Diego Guimarães, que institui o Código Estadual de Defesa do Contribuinte, em redação final.

Tudo é em redação final.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 2.347/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), da Mesa Diretora, que altera a Lei nº 11.488, de 11 de agosto de 2021. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 1.993/2023, Mensagem nº 142/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera dispositivos da Lei nº 10.989, de 12 de novembro de 2019, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, restando rejeitada a Emenda nº 1 e o Projeto de Lei nº 2.099/2023, aqui apensado.

Já foi dada vista para o Deputado Barranco, nós estamos em 1ª votação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 2.338/2023, Mensagem nº 184/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que autoriza o Estado a delegar aos municípios a administração e exploração de rodovias estaduais. Com parecer (FAVORÁVEL) da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Concedo a vista de 4 dias ao Deputado Valdir Barranco.

(O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Retificando, as vistas estão sendo concedidas por 3 dias, para devolver na quinta-feira para nós fazermos Sessão. (O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ... eu sei, está combinado.

Projeto de Lei nº 2.339/2023, Mensagem nº 185/2023 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 2ª DISCUSSÃO), que dispõe sobre a criação do fundo estadual de apoio à melhoria das condições de oferta da educação infantil e do ensino fundamental (NO ESTADO DE MATO GROSSO – FMTE – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

Concedo vista para o Deputado Valdir Barranco de 3 dias.

Projeto de Lei nº 2.340/2023, mensagem, que altera a Lei nº 7.263, do Fethab. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. (EM 2ª DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 2.340/2023, MENSAGEM Nº 186/2023, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE ALTERA A LEI Nº 7.263, DE 27 DE MARÇO DE 2000, QUE CRIA O FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O Sr. Wilson Santos – Presidente, se não for atrapalhar, quero pedir vista dessa matéria por 24 horas só.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Concedo vista de 3 dias para o Deputado Wilson Santos.

Projeto de Resolução do Deputado Eduardo Botelho (PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 647/2023, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera a Resolução nº 6.597, de 10/12/19, que dispõe sobre e consolida as honorarias instituídas pela Assembleia Legislativa (DE MATO GROSSO). O parecer é favorável da Comissão de Direitos Humanos, (DEFESA DOS) Direitos da Mulher, Cidadania, Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso (NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO INTEGRAL Nº 1).

Secretaria de Serviços  
Nesse projeto aqui, Deputados e Deputada, nós estamos criando aqui a Comenda da Justiça Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, com objetivo de homenagear, em especial, as mulheres da Justiça. Nós vamos estender, não só, mas preferencialmente para as mulheres da Justiça, advogados, Ministério Público, Defensoria, juízes e outras pessoas que ajudam a contribuir e merecem receber o título da justiça.

E estamos colocando o nome da desembargadora Shelma Lombardi, que foi uma das primeiras magistradas a chegar até a presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, honrou muito a Justiça, engrandeceu todos os debates na Justiça e é uma homenagem muito merecida.

Embora ela já esteja aposentada, aliás, já está há muito tempo aposentada, mas essa é uma justa homenagem para a Justiça e o nome dela, tenho certeza, vai engrandecer e muito todos aqueles que receberem essa honraria.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam ....

O Sr. Wilson Santos – (RISOS) para discutir.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ah, para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, quero apenas parabenizar Vossa Excelência pela felicíssima ideia e iniciativa de criar aqui, por parte do Parlamento, uma homenagem aos magistrados, aos advogados, aos chamados operadores da Justiça.

E, ao escolher o nome da desembargadora Shelma Lombardi de Kato, Vossa Excelência foi mais feliz ainda, tive o privilégio de ser aluno da desembargadora Shelma no curso de Direito da nossa Universidade Federal.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

Sei da forma retilínea, da forma justa e perfeita como ela sempre atuou e ela foi a primeira mulher a ter assento no Tribunal de Justiça de Mato Grosso. É a primeira juíza promovida a desembargadora, presidiu também como a primeira magistrada mulher e ela é um exemplo de retidão.

E aí, é o que eu digo, as homenagens também devem ser feitas às pessoas em vida. Não precisa esperar falecer não. Essa é uma homenagem justa, uma homenagem que, com certeza, engrandece a vida e a obra da desembargadora Shelma Lombardi de Kato, mas também é uma motivação para que os magistrados de Mato Grosso, os membros do Ministério Público, advogados, possam exercer as suas atividades cada vez mais de forma perfeita, buscando acima de tudo a justiça.

Então, parabéns a Vossa Excelência pela felicíssima ideia de criar essa comenda aqui para um segmento importantíssimo de Mato Grosso e parabéns a Vossa Excelência por, dentre tantos que poderiam receber essa homenagem, prestar homenagem a essa mulher simples, de uma cultura incalculável e de uma honradez ilibada, um exemplo para a magistratura nacional.

Parabéns, Deputado Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Muito bem, obrigado, Deputado Wilson Santos.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 87/2023 (EM 2ª DISCUSSÃO), do Deputado Thiago Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de concessão de desconto de 50% por parte da empresa distribuidora de energia do Estado de Mato Grosso aos consumidores que fazem uso necessário da unidade de tratamento médico domiciliar (HOME CARE). O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 156/2023 (EM 2ª DISCUSSÃO), do Deputado Paulo Araújo, que institui o dia de conscientização sobre síndrome de DiGeorge ou síndrome de Deleção 22q11.2 no âmbito do Estado de Mato Grosso. Os pareceres são favoráveis da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, bem como da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando a Emenda nº 1.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à redação final.

Projeto de Lei nº 351/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Dr. Eugênio, que altera o Anexo II, Tabela de Volume de Transformação, da Lei nº 10.502, de 18 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte - SUSAF e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária (E PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 899/2021).

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 763/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Sebastião Rezende, que dispõe sobre os profissionais de enfermagem, quando o paciente solicitar, a exclusividade nos cuidados íntimos com os pacientes do mesmo sexo (NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO). O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 540/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Valdir Barranco, que cria o Programa de Conscientização sobre o Puerpério no Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1.689/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Elizeu Nascimento, que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Síndrome de Down-Cipdown. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1.701/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre a atuação do profissional de psicologia nos hospitais e maternidades públicas e particulares. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 1.985/2023 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Max Russi, que dispõe sobre o diagnóstico e tratamento das alterações veno-linfáticas nas unidades de atenção especializada de média complexidade (DO ESTADO DE MATO GROSSO). O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Secretaria de Serviços Legislativos

**EXPLICAÇÃO PESSOAL**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não há mais nada para ser votado, passo para as Explicações Pessoais.

Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, muito obrigado.

Quero falar um pouco sobre o meu colega Pedro Satélite, que foi sepultado agora nos últimos dias, senhor Presidente. Eu não estava, estava no Amazonas, fui passar o Ano Novo com a minha família e lamentei muito não estar presente fisicamente para prestar ao Pedro Satélite uma última homenagem.

Conheci o Pedro Satélite aqui na Assembleia na década de 1990, quando chegamos aqui juntos para exercer o nosso primeiro mandato como Deputado Estadual. E o Pedro me marcou muito, senhor Presidente, colegas Deputados, porque o Pedro é daqueles que adentraram na política muito bem de vida financeiramente, o Pedro quebrou na política.

Há uma imagem distorcida na sociedade de que os que adentram na política, adentram para se dar bem financeiramente e isso não acontece na maioria das vezes.

O Pedro, com a sua família construíram uma importante empresa de transportes rodoviário, a Satélite, que trazia migrantes de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, especialmente, para o novo Mato Grosso, para o Médio-Norte, para o Nortão de Mato Grosso.

E a sua família, como pioneira nessa área de transporte rodoviário, nessa área acabou almejando uma fortuna razoável, constituiu uma empresa importante. E o Pedro decidiu, então, junto com a sua família, entrar na vida pública. E o final, senhor Presidente, foi que tiveram

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª**  
**LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.**

---

que vender a empresa, saiu quebrado da vida privada e faleceu dependendo basicamente do Fundo de Assistência Parlamentar, do FAP, que era a sua principal renda de sustentação.

O Pedro era um apaixonado pelo Médio-Norte, pelo Norte de Mato Grosso e a sua principal luta foi a pavimentação da BR-163, que teve no atual Deputado Estadual e governador de Mato Grosso, de 1983 a 1986, um ousado jovem...

É aquilo que, às vezes, alguns dizem, né? Se eu tivesse conhecimento das dificuldades, talvez não fizesse. E o jovem governador Júlio Campos, com certeza, não tinha noção das dificuldades que ele iria enfrentar para pavimentar a 163 lá no início dos anos 80.

Mas, como ele não sabia das dificuldades, ele foi lá e fez, porque essa é uma das características do jovem, ele é ousado, o jovem não tem medo. Se tiver noção precisa, você acaba sendo prudente e você não faz o que deveria ter sido feito.

E esse sonho do Pedro Satélite, de ver aquela pavimentação, começa a ser realizado na gestão do então governador Júlio José de Campos, que vai contrair o empréstimo no exterior, vai buscar dinheiro emprestado para fazer uma obra da obrigação da União.

Esse é um feito. Eu não sei se era até então inédito em Mato Grosso, mas um feito sem dúvida secular, histórico, divisor de águas para a gestão administrativa do Brasil, mais do que de Mato Grosso, um governador de Estado contrair empréstimos em nome do seu Estado, da sua gente, da sua população para fazer uma obra da obrigação e do dever da União, que foi a pavimentação de 3 importantes rodovias de Mato Grosso, parte da 163, 500 quilômetros, até Sinop; parte da 070, de Barra do Garças até Cuiabá, e parte da 158, obras realizadas pelo então governador Júlio Campos.

E o Pedro Satélite era um lutador, um sonhador, um brigador por essa obra e, ao tombar, ao entregar o seu corpo à sepultura nessa semana que passou, com certeza, o Pedro, aos 68 anos de idade, ainda precoce, viu a sua grande obra, o seu grande sonho, o seu grande desejo realizado, que é a pavimentação da BR-163 de Cuiabá até a margem direita do Rio Tapajós, lá no município de Miritituba.

Que Deus possa recebê-lo, Pedro. Você, na sua simplicidade, você, na sua humildade, cativou a todos nós. Você era um parlamentar de palavra, aquilo que você tratava, naquele tom de voz sempre calmo e baixo, você sempre cumpria nas suas votações.

Então, como seu correligionário do PSD, quero deixar aqui à sua família, à sua viúva, aos seus filhos, aos seus netos, a todos os seus familiares, Pedro, e a todos os seus amigos e amigas, o nosso mais sincero sentimento.

Que Deus possa acolhê-lo e que Deus possa dar a você tudo aquilo que você doou aos seus eleitores, às suas eleitoras. Você que viveu grande parte da sua vida, Pedro Satélite, para atender o povo, ajudando a criar vilarejos, patrimônios, distritos, municípios. Você que dirigiu o município de Guarantã. Foi cinco, seis vezes Deputado Estadual. Que Deus possa acolhê-lo na sua infinita bondade.

Presidente, quero tratar de um outro assunto aqui nesta Explicação Pessoal, que é informar a sociedade a quantas anda a questão da Lei da Pesca, a Lei da Pesca está judicializada, encontra-se no Supremo Tribunal Federal sob a relatoria do ministro André Mendonça, que decidiu que vai propor uma audiência de conciliação entre o Governo de Mato Grosso e a União.

E nós estamos na torcida para que essa conciliação aconteça, para que esse entendimento chegue a bom termo e que as mais de 16 mil famílias de pescadores, que vivem honestamente, que vivem dessa pesca, possam voltar a exercer o seu livre direito da profissão de pescador e de pescadora.

Muito obrigado, Presidente.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª  
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 10H12MIN.

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Wilson Santos, por você ter feito essa fala em homenagem ao saudoso deputado Pedro Satélite e falar em nome da Assembleia Legislativa, enaltecer todas as qualidades dele, ninguém poderia fazer melhor que o senhor.

Então, obrigado em nome de todos os Deputados.

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, não havendo mais nada para ser votado, declaro encerrada a Sessão e convoco para a Sessão Ordinária na próxima quinta-feira, às 10 horas da manhã.

Declaro encerrada esta Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO.)

**(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:** BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - CARLOS AVALLONE, EDUARDO BOTELHO, DILMAR DAL BOSCO, JÚLIO CAMPOS, PAULO ARAÚJO, SEBASTIÃO REZENDE E BETO DOIS A UM; BLOCO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - JANAINA RIVA, DR. JOÃO, JUCA DO GUARANÁ E THIAGO SILVA; BLOCO EXPERIÊNCIA E TRABALHO - LÚDIO CABRAL, VALDIR BARRANCO, WILSON SANTOS, NININHO E DIEGO GUIMARÃES; BLOCO DIREITA DEMOCRÁTICA - ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, CLÁUDIO FERREIRA E GILBERTO CATTANI; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS - DR. EUGÊNIO, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO. **DEIXOU DE PARTICIPAR O SEGUINTE SR. DEPUTADO:** FÁBIO TARDIN “FABINHO”).

Secretaria de Serviços Legislativos

Revisada por;

- Eunice José de Souza;
- Solange Aparecida Barros Pereira.



**ALMT**  
Assembleia Legislativa